



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dezoito de março de dois mil e quatorze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e quatorze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) Ofício sem número, 14 de março de 2014, de Roberto Cotta, Secretário Municipal de Administração, e de Antônio Carlos Mendes Barbosa, Responsável pela Divisão de Cemitérios. Resposta à denúncia no Jornal Nova Lima Times nº 280, feita pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal vereador Alessandro Luiz Bonifácio. Informa que na cidade hoje tem cinco cemitérios sendo eles: Cemitério de Santa Rita, Cemitério Velho, Cemitério Municipal do Rosário, Cemitério de Macacos e Cemitério Parque com disponibilidade de 11 quadras e 763 sepulturas. O Senhor Presidente informou que emitiria uma cópia desta correspondência ao gabinete do vereador Alessandro Luiz Bonifácio. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio disse: “o meu requerimento é sobre cova comprada, se



alguém quiser comprar, e a correspondência do Diretor e do Secretário não fala isso, fala da sepultura simples. Então, eu queria saber da sepultura comprada”. O Senhor Presidente comunicou: nós vamos fazer uma observação em algum requerimento de Sua Excelência pedindo que respondam exatamente os itens pleiteados”; 2) Ofício 076/2014/GAB/DCC/SETES, 18 de fevereiro de 2014, de Rogério Aoki Romero, Secretário de Estado Adjunto de Turismo e Esportes. Comunica que esta Secretaria de Estado, em consonância com as diretrizes e metas do Governo de Minas Gerais, celebrou Convênio de Cooperação Financeira com o município de Nova Lima; 3) Ofício nº 06/14, 13 de março de 2014, de Roberto Cotta, Secretário Municipal de Administração. Envia o Edital 01/2014 referente ao Concurso Público para a Guarda Municipal, para conhecimento e divulgação. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de lei nº 1.404/2014, autoria dos vereadores Flávio de Almeida e Fausto Niquini Ferreira, que “Concede benefícios aos servidores públicos municipais e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador José Guedes como Relator da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “Senhor Presidente, por se tratar mais uma vez de uma lei autorizativa, eu peço ao Senhor que me dispense desta Comissão para analisar esse parecer desse projeto”. O Senhor Presidente nomeou o vereador André Luiz Vieira da Silva como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao vereador Silvânio; 2) Projeto de lei nº



1.405/2014, autoria do Poder Executivo, que “Institui no Município de Nova Lima o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer; 3) Projeto de lei nº 1.406/2014, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Dispõe sobre a criação do Programa de vagas de emprego para a ressocialização de ex-apanados da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC/Nova Lima e ex-dependentes químicos e alcoólicos, além de dar outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer; 4) Projeto de lei nº 1.407/2014, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras providências” – Rua Alfredo Tito Pires de Souza. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer; 5) Projeto de Decreto Legislativo nº 271/2014, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede Título de Cidadania Honorária de Nova Lima ao Sr. Benedito Felício Carmélio”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “Senhor Presidente, eu gostaria que o Senhor consultasse o Plenário. O Senhor Benedito, na verdade, para quem não conhece, é o ‘Bené Cabeça Leve’. Ele vai ser, amanhã, no Teatro Municipal, vai ter um documentário falando sobre a vida dele e a trajetória dele na Morro Velho, antigamente, como enfermeiro. É uma pessoa ativa na Guarda de Congados do Município. Então, eu gostaria que o Senhor Presidente consultasse o Plenário para a possibilidade da dispensa de interstícios e pareceres para este projeto, e



que a gente pudesse colocá-lo em votação ainda hoje nesta sessão plenária”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Silvânio Aguiar Silva, dispensou interstícios e parecer para a votação deste projeto. O vereador Silvânio Aguiar Silva agradeceu os demais vereadores pela compreensão e entendimento da necessidade do projeto; 6) Projeto de Decreto Legislativo nº 272/2014, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Institui a Comenda do Mérito Policial Soldado Fernando Barbosa Neto”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Gilson Antônio Marques, Alessandro Luiz Bonifácio e Fausto Niquini Ferreira, para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.393/2014, que “Dispõe sobre a instalação de painel opaco entre os caixas e o espaço reservado para a fila de espera, em agência bancária e instituição financeira localizada no município de Nova Lima, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Leci Alves Campos, autor da proposição, solicitou a dispensa de interstícios para a votação deste projeto. O Senhor Presidente comunicou que o projeto tem uma emenda. O vereador Leci Alves Campos retirou o pedido para analisar a emenda; 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.395/2014, que “Dispõe sobre a divulgação da demanda atendida e lista de espera por vaga nas Escolas Públicas Municipais e Creches do Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 3) Parecer da Comissão de



Legislação e Justiça referente ao Projeto de lei nº 1.396/2014, que “Concede licença ao servidor público municipal por motivo de doença em pessoa da família”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira como Relatora da Comissão Serviços Públicos Municipais em substituição ao autor da proposição, vereador Alessandro Luiz Bonifácio; 4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.397/2014, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Planalto Futebol Clube. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 5) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.398/2014, que “Institui o Dia Municipal do Líder Comunitário”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 6) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.399/2014, que “Autoriza o Executivo Municipal a receber em doação os imóveis que especifica, além de dar outras providências” (mensagem 34/2013). A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, dispensou os interstícios para a votação deste projeto; 7) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.401/2014, que “Autoriza o Executivo Municipal a receber em doação os imóveis que especifica, além de dar outras providências” (mensagem 39/2013). A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo



Senhor Presidente, conforme solicitação da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, dispensou os interstícios para a votação deste projeto; 8) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de lei nº 1.402/2014, que “Altera nomenclatura da Guarda Municipal”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou o vereador Leci Alves Campos como Presidente da Comissão de Serviços Públicos Municipais em substituição ao autor da proposição, vereador Flávio de Almeida; 9) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; e Meio Ambiente referente ao Projeto de Lei nº 1.403/2014, que “Dá nova redação ao artigo 19 da Lei Municipal Promulgada nº 04 de 26/06/2013, além de dar outras providências”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador José Guedes, dispensou os interstícios para a votação deste projeto. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação:

- 1) Projeto de lei nº 1.390/2014, que “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 2.321, de 10/04/2013, além de dar outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção;
- 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 271/2014, que “Concede Título de Cidadania Honorária de Nova Lima ao Sr. Benedito Felício Carmélio”. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à promulgação;
- 3) Projeto de lei nº 1.399/2014, que “Autoriza o Executivo Municipal a receber em doação os imóveis que especifica, além de dar outras providências” (mensagem 34/2013). Em primeira e segunda votação, aprovado por nove votos e



encaminhado à sanção; 4) Projeto de lei nº 1.401/2014, que “Autoriza o Executivo Municipal a receber em doação os imóveis que especifica, além de dar outras providências” (mensagem 39/2013). Em primeira e segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 5) Projeto de Lei nº 1.403/2014, que “Dá nova redação ao artigo 19 da Lei Municipal Promulgada nº 04 de 26/06/2013, além de dar outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção. O vereador José Guedes registrou: “quero agradecer a votação e fazer uma crítica porque este projeto ficou quase um ano, foi sancionado aqui na Câmara, encaminhamos para a prefeitura e ele ficou engavetado quase um ano. Foi um ano de perda para o município porque a baderna em Nova Lima, principalmente com esses carros de som, tem que acabar, mexendo no bolso. Primeiro, que as músicas são altíssimas; segundo, são as maiores imoralidades. Outro dia, na Avenida Henrique Otero, um indivíduo parou o carro e ficou meia hora na porta de uma senhora de idade com as maiores imoralidades. Então, eu fiquei decepcionado porque eu corri atrás, lutei por esse projeto o tempo todo e não sei por que cargas d’água ele ficou engavetado na prefeitura. Eu fico satisfeito com esta votação. Quero dizer para aqueles desrespeitadores da lei que serão punidos e a multa é alta, apreensão do carro. A prefeitura vai adquirir a máquina que libera a multa na hora porque o brasileiro, só se mexer no bolso; o desrespeito é muito grande. Eu agradeço novamente aos meus companheiros. Nós temos a arma na mão agora para cobrar da polícia e autoridades para punir os infratores. Muito obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “quero



fazer um agradecimento especial. Passei batido no meu projeto, votaram, aprovaram e eu ainda não agradei. Eu queria dizer que esta homenagem ao Sr. Benedito, ao ‘Bené Cabeça Leve’ é uma justa homenagem. Como já disse aqui, o Sr. Bené é uma pessoa que tem história na cidade de Nova Lima; veio do Serro, mas marcou espaço na nossa cidade. O Sr. Bené já foi julgado como comunista, pouca gente sabe disto, mas foi julgado como comunista por lutar a favor dos trabalhadores da mineração. E o Sr. Bené é a pessoa que está sendo trabalhada, estudada, através de uma turma do PRONATEC, que vai apresentar amanhã no Teatro Municipal esse documentário que eles fizeram sobre a vida e a história do Sr. Bené aqui na nossa cidade. Então, eu acho muito oportuno o momento para isso. Eu agradeço os meus pares por terem votado comigo, muito obrigado a todos”. Na sequência, o Senhor Presidente convidou para compor a Mesa o Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, Senhor Gabriel Simões Gobbi. Seguem os pronunciamentos dos vereadores e do Secretário. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu quero agradecer, nós temos hoje na pauta um requerimento sobre a Renovação Carismática Católica, e eu percebo que tem vários membros aqui da Renovação Carismática Católica, então, eu agradeço a todos que estão presentes aqui hoje”. Senhor Presidente: “lembrar o requerimento que foi feito em Plenário pedindo a presença do Secretário de Planejamento do Município de Nova Lima. É uma honra tê-lo aqui, Secretário. O requerimento foi do vereador Flávio e do vereador Nélio Aurélio. Lembrar o Secretário e também tenho certeza que os vereadores já sabem o trâmite da nossa conversa. Os vereadores perguntam, viu, Secretário? O senhor pode responder o





que o senhor entender, e o que o senhor não quiser responder é um direito seu. Não vamos abrir aqui um debate, é só mesmo para questão de esclarecimentos. Eu espero que os vereadores entendam isso também porque se for virar um debate aqui, isso começa e não tem meio de acabar. Só mesmo algumas indicações que os vereadores vão fazer. Está aberta a palavra para qualquer vereador que queira perguntar ao Secretário”.

Vereador Leci Alves Campos: “Senhor Gabriel Gobbi, digníssimo Secretário de Gestão e Planejamento, presente na nossa reunião de hoje. Na semana passada tivemos uma Audiência Pública organizada pelo Executivo Municipal a respeito do Plano Diretor. Eu gostaria de te perguntar qual é o tempo previsto para que esta revisão dê entrada nesta Casa”. Secretário: “boa noite a todos, eu gostaria de agradecer à Câmara o convite, cumprimentar a Mesa Diretora na pessoa do seu Presidente, vereador Nélio Aurélio, todos os vereadores aqui, público presente. Respondendo ao vereador Leci, na primeira Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor do Município de Nova Lima, eu tive a oportunidade de informar a todas as pessoas presentes e, note-se que tivemos uma presença maciça, com mais de cinquenta pessoas voltando por não encontrar lugar na reunião, que foi uma surpresa para todos nós, porque, óbvio que a gente sabe a importância desse tema, mas não sabíamos do interesse tão grande, atualmente, da população com essa revisão. Conforme eu disse na primeira Audiência, a revisão do Plano Diretor é uma das metas prioritárias dessa administração colocada pelo prefeito Cassinho. Então, logo nós assumimos a Secretaria, ele solicitou algumas prioridades, dentre as quais a revisão do Plano Diretor, entendendo que o município tem um



dinamismo hoje em todas as suas áreas de preservação do meio ambiente, da especulação imobiliária, da demanda por novos empreendimentos econômicos e de empresas, então, nos solicitou que iniciássemos esse trabalho. Em março de 2013, nós iniciamos de uma forma indireta, com a reinstalação do Conselho da Cidade, fundamental para o desenvolvimento dos trabalhos e na preparação da Conferência das Cidades que se deu em junho e que estabeleceu as diretrizes que seriam seguidas na revisão do Plano Diretor. A partir daí, com o Conselho da Cidade constituído, com as representatividades legais, nós iniciamos já a revisão, e elaboramos o termo de referência e, ao mesmo tempo, iniciamos a elaboração, a revisão dos instrumentos que a prefeitura na gestão anterior havia contratado, que são as cinco Diretrizes Especiais dos Bairros Jardim Canadá, Vale do Sol, Alphaville e Água Limpa, Vila da Serra e entorno, e a ADE da Mina Grande. Nós já concluímos, no ano de 2013, como parte dessa revisão as ADE's do Bairro Jardim Canadá e do Bairro Vale do Sol, que foram encaminhadas pelo prefeito à esta Casa para análise, discussão e, se for o caso, aprovação. E iniciamos a contratação, no final do ano, da Fundação Israel Pinheiro, responsável pela revisão dos trabalhos. Nesta primeira Audiência Pública que foi realizada na semana passada, foi apresentada a proposta metodológica, ou seja, a metodologia que vai ser utilizada na revisão do Plano Diretor, com as Audiências Públicas, com a forma de tratamento de cada um dos temas e também um cronograma de execução do trabalho. Esse trabalho está previsto o seu término para daqui a um ano e, naturalmente ao longo deste ano, alguns resultados práticos já estarão obtidos porque as próprias ADE's fazem parte do



Plano Diretor e uma vez aprovadas pela Câmara Municipal, depois de encaminhadas para cá, as principais localidades já estarão com novas diretrizes, principalmente de normatização da Lei de Uso e Ocupação do Solo ou de preservação. Então, se o Plano Diretor, no seu conteúdo completo, vai levar um tempo relativamente grande é porque ele aborda todos os temas inerentes ao município. E esse cronograma de execução, viu, Senhor Presidente, ele está desde a Ata, nós fizemos esse compromisso na primeira Audiência Pública de que todo o material estará disponível, transparente e atualizado, no site da prefeitura. Hoje, quem acionar o site da prefeitura, vai ver que já existe um ícone lá referente à revisão do Plano Diretor, onde, inclusive, as informações da primeira Audiência Pública realizada já estão, também, disponíveis. Ao mesmo tempo, nós teremos no saguão da prefeitura a chamada ‘Sala do Plano Diretor’, onde estará uma pessoa disponibilizada pela Fundação Israel Pinheiro para fornecer informações e esclarecimentos a respeito dos procedimentos que estão sendo feitos. Nós esperamos, vereador Leci, que dentro do que seja possível, o cronograma seja encurtado. Naturalmente esta é uma previsão do cronograma, dentro de um trabalho técnico, prevendo análises, estudos e diagnósticos com participação da população que naturalmente tem que ser encurtados ou encompridados, dependendo da discussão dos temas. Eu acredito que o nosso planejamento é cuidadoso, houve muita crítica e eu acho até que fundada, até por esta Casa, uma cobrança, porque há uma expectativa muito grande pela revisão do Plano Diretor. Agora, entendemos também que, pela importância que ele tem, nós não poderíamos não ser tão responsáveis de elaborar um excelente



tema do termo de referência porque ele é que norteará todos os trabalhos. Se for um termo de referência que não tiver sido analisado e aprovado pelo Conselho da Cidade, possivelmente o Plano Diretor não se iniciaria com a segurança que ele está se iniciando”. Vereador Leci Alves Campos: “o senhor não falou o prazo”. Secretário: “falei, um ano a partir desse início de ano, não estou computando o que foi feito no ano passado. Um ano a partir de agora, de janeiro, quando foi lançado, quando foi contratada a Fundação”. Vereador Leci Alves Campos: “quando esta Casa estiver de recesso parlamentar, em janeiro, será protocolada a revisão do Plano Diretor”. Secretário: “não, vai ser complementada a revisão, deixando claro que ele contém etapas que poderão ser encaminhadas antes e que vão estar abordando as principais localidades de desenvolvimento no município, quais sejam, as áreas de diretrizes especiais em que duas delas, que fazem parte da revisão do Plano Diretor, já foram encaminhadas para esta Casa. Elas estão aqui para serem avaliadas pelos vereadores, que é a ADE do Jardim Canadá e do Vale do Sol”. Senhor Presidente: “explicar para ele que está mandando as ADE’s parceladas, não está vindo tudo junto. Explicar para ele que não vai chegar tudo junto”. Secretário: “porque as ADE’s já estão previstas no Plano Diretor anterior, já estavam previstas de serem feitas estas revisões, que nada mais são do que atualizações de determinadas localidades que, no entendimento da administração anterior, são aquelas localidades que tem um desenvolvimento mais rápido e dinâmico, e que demandam uma revisão para avaliar se elas estão com a vocação certa, com os parâmetros urbanísticos certos, com as proteções corretas ambientais. Embora o Plano



em si só termine ao longo deste ano de 2014, a sua maior parte já estará sendo analisada e aprovada aqui através das diretrizes especiais estabelecidas. Duas delas já estão prontas, que é a do Jardim Canadá e do Vale do Sol; a próxima a ser encaminhada, eu teria que verificar o nosso cronograma lá, eu não sei a ordem certa, mas vai ser a do Vila da Serra e Vale do Sereno, aqueles loteamentos no entorno daquela região, Alphaville e Água Limpa e Mina Grande”. Senhor Presidente: “satisfeito, vereador? Só completar, estão mandando as ADE’s não é todas juntas. A Câmara abre o processo, vai trabalhando e votando as que estão aí. Aliás, votando não, trabalhando, analisando, fazendo as Audiências Públicas para a população participar e depois, quando chegar na hora de votar, que vote”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero também cumprimentar o Secretário Gabriel Gobbi, agradecer a presença dele aqui, dizer que é importante para esta Casa esses esclarecimentos. Espero que o Secretário não tome como particular preocupação aqui só desse vereador, mas assim como o vereador é uma caixa de ressonância da comunidade, o que a gente às vezes fala e quando a gente ouve o Secretário falar assim que a Casa criticou no passado, talvez de uma forma não tão interessante, mas é porque a população cobra desta Casa, cobra dos vereadores na rua, e aí, é lógico e evidente, nós temos que buscar as informações no nascedouro. E eu queria fazer algumas observações aqui, quando o senhor falou aí n plano de trabalho, no termo de referência, e é esclarecimento mesmo, eu posso estar errado na minha colocação, queria que me esclarecesse. Porque fizemos no passado, a administração anterior, ela fez todo o processo, todo o trabalho para a ADE do Jardim Canadá e a ADE



do Vale do Sol. Salvo engano, naquela reunião que teve na Associação Comercial, essa semana, vocês disseram que tiveram outras Audiências Públicas lá. É correto isso ou não?”. Secretário: “só respondendo esse tópico, primeiro fazer um esclarecimento, eu falei da crítica da Câmara fundada, ou seja, ao contrário, não foi uma crítica que fosse nesse aspecto negativo, muito pelo contrário. Falei que ela era fundada porque é papel da Câmara criticar e cobrar. Então, pelo contrário, eu apoiei que a Câmara estivesse nos cobrando porque eu acho que é uma atitude correta, então, de forma nenhuma, foi uma crítica, pelo contrário. Voltando à pergunta, na ADE do Jardim Canadá, assim como as outras ADE’s de diretrizes especiais, elas foram contratadas na administração anterior, foi feita a licitação corretamente, contratada a empresa que elaborou o trabalho. Ao chegarmos na Secretaria, verificamos que duas delas tinham passado por todas as etapas, quais sejam as etapas de elaboração do trabalho, Audiências Públicas, o vereador Nélio participou lá no Jardim Canadá, no Vale do Sol, enfim, já tinham cumprido aquele trâmite legal estabelecido, inclusive, no Estatuto das Cidades. Essas duas ADE’s estavam em condições de serem encaminhadas pelo Executivo para esta Casa, porém, não sei por que motivo, elas não haviam passado pelo Conselho das Cidades, que é o órgão estabelecido pelo próprio Estatuto das Cidades para poder avaliar antes, encaminhar, uma vez que ele tem uma representatividade de todos os seguimentos. Então, foi encaminhado ao Conselho, foi feita uma análise técnica, uma série de ponderações sobre o trabalho, porque nós não encontramos um relatório de avaliação da prefeitura, ou seja, o material foi entregue por quem foi contratado, mas, pelo menos



para nosso conhecimento, não havia ali um relatório falando se o trabalho que foi entregue estava bom, estava correto, estava ruim, enfim, se ele tinha atendido, embora ele estivesse conclusivo pelas Audiências, está certo? Então, naquele momento, nós encaminhamos ao Conselho da Cidade para que o Conselho pudesse avaliar, e o Conselho fez uma série de recomendações através dos seus representantes. Essas recomendações foram discutidas no Conselho da Cidade e o prefeito as incorporou ao Projeto de Lei para que a Câmara possa avaliar a pertinência ou não dessas particularidades. Vai caber à Câmara, entendendo se são pertinentes, fazer a discussão, abrir as Audiências Públicas; se não, ela manter o texto original e aprovar”. Vereador Flávio de Almeida: “só tirar uma dúvida, quando o Secretário diz que esta Casa quando analisou, o Senhor diz que a Casa não mandou para o Conselho? Só para eu entender. A Casa não terminou os trabalhos? É o Executivo, não é?”. Secretário: “não, não, é o Executivo. A Casa em momento nenhum”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu quero só terminar meu raciocínio. Tem um ano e três meses que esse governo foi instalado. Um ano e três meses para tratar da questão da ADE Jardim Canadá e ADE Vale do Sol. E aí vem para esta Casa, vamos mexer na ferida aqui, a questão da Biommm. E a gente sabe que na questão da Biommm tem um problema com o Plano Diretor. E aí eu ouço o Secretário falar, pelo menos teoricamente, que a terceira prioridade é o Alphaville. Porque não fazer essa inversão de prioridade aqui, tratar a questão de Alphaville para não ficar jogando nesta Casa a responsabilidade por uma empresa que iria ou não se instalar no município em função de uma falha no Plano Diretor. Eu penso que isso é



uma questão para ser analisada, e mais, se levaram um ano e três meses para tratar da questão de duas ADE's, não é do Plano Diretor não, de duas ADE's, nós estamos falando de um ano e três meses. E aí nós temos Plano Diretor, nós temos a questão da ADE aqui do centro da cidade, que a gente vê pouco se falar, mas que é uma ADE extremamente importante para a vida do cidadão, do centro histórico da cidade de Nova Lima; eu penso que ela devia estar na pauta de prioridade. Quando você fala em um ano, ela devia estar na pauta de prioridade da comunidade do centro histórico. Nova Lima vai perdendo um pouco da sua identidade, identidade de tudo, identidade cultural. E quando você trata aquela questão da ADE daquela região da AngloGold, nós estamos falando da vida da cidade de Nova Lima que foi toda em torno daquilo ali. Eu imagino que nós precisamos priorizar e agilizar essa discussão com a população, desmistificar essa coisa, eu quero deixar bem claro aqui, desmistificar essa coisa que nós estamos... a imprensa está aqui, que Nova Lima está perdendo uma grande empresa em função da Casa; isto não é verdade. Tem uma falha no Plano Diretor e o que a Casa está fazendo é agindo com responsabilidade. Eu tenho um parecer de um advogado, mostrei para a líder do governo, Ângela Lima, a Casa vai buscar solução para esses problemas, mas eu acho muito temerário deixar na conta da Casa os problemas de, de repente, uma lerdeza ou uma vontade de muito acerto da prefeitura, a coisa não acontece, fala-se assim 'ah, a Câmara está errada'. Basicamente são essas as minhas colocações". Vereador Flávio de Almeida: "bom, Senhor Secretário, o motivo de o senhor estar sentado aqui hoje, eu tenho que falar, é a falta de resposta aos nossos requerimentos. Primeira coisa, não é





gente? Se respondesse os nossos requerimentos, se o governo mandasse resposta, com certeza, não teríamos esse debate ou encontro aqui hoje. A minha dúvida, eu vou fazendo as perguntas e o senhor pode ir direto, não tem dificuldade comigo, o entendimento é rápido. Primeiro, a Vale, a grande empresa do município, empresa que chegou no governo federal e comprou a preço de ninharia tanta coisa boa nesse país; hoje, ela vem fechando algumas vias públicas em Macacos, Morro do Chapéu, a Estrada do Campo do Costa, região de Macacos também, e a gente não tem visto nenhuma iniciativa ou o governo não tem feito nada. Simplesmente eles fecham e a gente passa a achar ou acreditar que é deles. Então, primeiro eu queria saber quais são as medidas tomadas”. Secretário: “respondendo. Esse foi o objeto até dessa convocação, mais objetivamente, um dos objetos diretos, que é o fechamento de rua pela Vale. Nós procuramos saber objetivamente, no nosso conhecimento, pelo menos nessa administração, que nós tenhamos conhecimento, ninguém autorizou a Vale ou falou com a Vale para fechar alguma via pública. A Vale andou fechando algumas vias de uso dela, dentro da propriedade dela e que não faziam parte do sistema viário; essa é a informação que nós temos. Nós estivemos pessoalmente, eu e o prefeito, quarta-feira passada, nós fomos à Vale e percorremos, inclusive, alguns trechos para verificar. Eu tenho aqui, vou deixar com o Senhor Presidente, uma resposta da própria Vale, daquela, inclusive, que foi colocada mais especificamente. Eu até pedi ao gabinete que formalizasse aos vereadores o pedido para informar cada dia que se estabelecia para que nós pudéssemos buscar uma informação objetiva, se ela foi fechada, porque, por quem e



se era legal”. Senhor Presidente: “dá licença, vereador? Só vou, a hora que Sua Excelência concluir, vereador, eu não vou encaminhar porque já tem um consenso na Casa, com mapas antigos e tudo, de abrir uma CPI sobre isso aí, mas pode continuar”. Secretário: “então, por essa administração, nós não temos conhecimento de autorização. A antiga estrada velha do Morro do Chapéu, além da vistoria que nós fizemos, nós temos aqui uma resposta, da própria Vale, em que ela informa que aquela antiga que foi colocada Estrada Velha do Morro do Chapéu, eles fizeram no governo anterior uma nova via, aquela via estava dentro da propriedade deles, eles fizeram uma nova via que é a que hoje dá acesso e depois, inclusive, vem de acordo aí, esse governo aqui...”. Senhor Presidente: “quem assinou isso aí?”. Secretário: “está aqui, ‘A estrada municipal que interliga a BR 040 à estrada de Honório Bicalho/Rio Acima, foi objeto de intervenção próxima ao Condomínio Miguelão. Este acesso é utilizado hoje pelas carretas de empresas que atuam na região, pelo público e pela Vale (veículos leves e prestadores de serviço). As carretas de grande porte deveriam utilizar o acesso da Mina do Tamanduá, evitando, assim, o tráfego destes veículos na frente do Condomínio (mais necessariamente do Miguelão, que foi a pergunta). Com o passar dos anos, o trecho da estrada municipal (antigo acesso ao Condomínio Morro do Chapéu) se deteriorou e necessita de reparos para a trafegabilidade sobre o mesmo. Estivemos no local com o Secretário de Obras, Flávio Menicucci, e o mesmo não colocou nenhuma objeção para que esta ação fosse realizada. Por isso, a Vale vem informar que, de forma gratuita e espontânea, fará a reabertura de um trecho do antigo de acesso municipal (acesso ao



Condomínio Morro do Chapéu) e irá fechar a estrada que foi construída pela MBR/Vale, mantendo, assim, a trafegabilidade de veículos leves por esta região, sem prejuízo ao público'. Eles alegam que só fecharam a trânsito pesado". Senhor Presidente: "essa história aí eu sei bem, quem assinou isso aí?". Secretário: "assinou o de acordo aqui foi o Secretário de Obras Públicas, Flávio Menicucci". Senhor Presidente: "o maior mentiroso que tem aí. Isso aí eu conheço no fundo. Primeiro, que a estrada antiga do Morro do Chapéu é pública e está fechada. Pública, está no sistema viário. Segundo, que a segunda estrada que a MBR fez não está no sistema viário porque ela não foi aprovada pela Casa, foi por Decreto. É outro erro da MBR, que fizeram também na surdina. E a Estrada do Costa é aonde hoje ela passa por Macacos e é propriedade de Paraopeba e que era o seguimento da estrada velha do Morro do Chapéu, que é municipal, reconhecida pelo município, que eles meteram uma porteira lá, ninguém pode entrar lá. Então, é por isso que eu falo, estou só dando as respostas. Eu sei que este governo, praticamente eu posso garantir, que não tem nada com isso. Estou defendendo este governo. Isso já vem de longo tempo". Vereador Flávio de Almeida: "Senhor Presidente, é só o governo fiscalizar porque qualquer trilha, caminho, rua ou avenida, que seja costume local ou costume antigo, qualquer pessoa para fechar tem que pedir autorização ao Executivo. Isso aí é o básico. A Vale está abrindo não é porque ela é boazinha não, é porque ela sabe que está errada e ali é via pública. Posso fazer minha outra pergunta aqui? O que nós temos esse ano, que a gente possa ir em Água Limpa e informar para aquela população que comprou seus lotes, o que vai ocorrer naquela



região?”. Secretário: “existe hoje uma ação em trâmite no judiciário tratando a questão do loteamento Água Limpa. A prefeitura, hoje, não tem condições de demarcar as vias e as áreas públicas por falta de elementos cartográficos. Os mapas que existem são antigos, eles não garantem uma localização correta nem das vias nem das praças. Em um acordo feito, inclusive com a participação do Ministério Público, o Executivo se comprometeu a licitar e fazer um levantamento geral de todo o bairro para georeferenciar, para quem não entende, georeferenciamento é você dar elementos técnicos que permitam que um topógrafo chegue lá e possa determinar com precisão, onde está uma via, onde está uma praça, onde está o limite do lote. Então, hoje, a prefeitura não tem condições técnicas de determinar claramente se um lote está ou não invadindo a área pública. Nós iniciamos essa licitação desde o final do ano passado, e ela só conseguiu por ter sido dado deserta, quem não entende de licitação, quando você abre uma licitação e não aparecem concorrentes, ela está deserta. Então, ela foi feita três vezes e, graças aos céus, a semana passada ou retrasada, finalmente, ela foi concluída, já tem uma empresa contratada, que se comprometeu em fazer esse serviço em sessenta dias. Em sessenta dias eles vão levantar, até por um método muito avançado, que é radar a laser, eles não precisam entrar dentro da propriedade, é um carro com laser que vai varrendo a região e elabora uma planta. E esta planta, então, vai permitir que se possa, então, demarcar as vias. Já é intenção do Executivo, não é da nossa Secretaria, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, hoje com o Doutor Élcio Barbosa, a pretensão e o planejamento de, assim que forem determinados os alinhamentos, implantar lá a



questão de iluminação pública e outras infraestruturas urbanas tão demandadas na região. Só complementando, Senhor Presidente, eu tive a oportunidade de estar rodando com o presidente da empresa que ganhou a concessão da duplicação da BR 040, de Goiás a Juiz de Fora. Ele se comprometeu, eles vão instalar a sede em Nova Lima, no Jardim Canadá, já estão tomando providências para isso. O vereador Nélio já está sabendo disso. E ele já determinou, inclusive, o ponto de pedágio, nós escolhemos juntos, está depois do município de Nova Lima, está no município de Itabirito, não vai haver nenhum pedágio no município de Nova Lima”. Senhor Presidente: “tem um deputado aí que trabalhou muito para isso sair do município de Nova Lima, não precisava ter tirado, não é? Porque o recurso é muito grande que vai perder. Poderia ter lá pertinho de Itabirito, podia ter lutado para ficar no município de Nova Lima; estamos perdendo recursos para o município”. Secretário: “eles definiram, inclusive, por aquele antigo porque é o ponto de maior visibilidade, aquele antigo posto de fiscalização federal que existia depois do Água Limpa. Então, eles se comprometeram, inclusive, a discutir o projeto com o município de Nova Lima porque esse ano eles não vão duplicar nada em Minas Gerais. O compromisso deles, eles têm que duplicar em 2014 sessenta quilômetros de rodovia que eles vão fazer em Goiás e implantar os dezesseis postos de pedágio. Então, esse é o compromisso de cronograma deles para 2014”. Vereador Flávio de Almeida: “Secretário, como eu moro naquela região e poucas pessoas do governo sabem disso porque até nas próprias reuniões eles até esquecem que eu moro lá em cima. Eu queria saber sobre o aeroporto que seria construído naquela região e a gente



tem visto muito as pessoas dizerem sobre o Conselho da Cidade que ele é contra. E a função do Conselho, na minha opinião, não seria ser contra, seria trazer para a gente um estudo, o impacto, falar para a gente sobre propriedade, o que é. Então, a gente vê muito é contra, é contra, é contra. Quem tem que ser contra ou a favor é esta Casa, essa é a minha opinião. Aí eu queria saber qual é a situação que existe hoje, o que existe de concreto hoje”. Secretário: “na verdade, vereador, foi muito pertinente a sua pergunta porque essa afirmação é totalmente infundada. Não existe ninguém contra nem a favor ao anteriormente aeródromo e, hoje, aeroporto. Ele nem foi levado ao conhecimento do Conselho da Cidade ainda porque não foi apresentado nenhum projeto à prefeitura. Na verdade, existe um estudo que era de um aeródromo logo depois do Morro do Chapéu, naquela região e que, hoje, segundo informações passadas pelos empreendedores, se transformou em um aeroporto de pequeno porte. Antes, ele, inclusive, nem era um aeroporto, era um aeródromo privado, ou seja, não era de utilidade pública. Agora, eles conseguiram uma aprovação na ANAC, segundo informação dos empreendedores, em que ele passa a ser civil e privado, que vai permitir que ele tenha linhas regulares, não as linhas internacionais, obviamente, nos mesmos moldes que o aeroporto da Pampulha tem. Este projeto foi apresentado em forma de anteprojeto de consulta à Secretaria de Planejamento, foi feita uma série de questionamentos pedindo para se avaliar porque isso só pode ser executado através de uma operação chamada Operação Urbana Consorciada. Por quê? A implicação de um aeroporto e as consequências que ele trás, positivas e negativas, as positivas que é de acessibilidade, de possibilidade de uso da



população; e as negativas, obviamente, ele tem um raio de rota e os consequentes barulhos, pousos, decolagens e riscos. Então, nós ainda não temos essa posição, isso foi um boato que ocorreu em razão da solicitação que se fez das informações legais para que se possa avaliar, técnica e juridicamente, se tudo está dentro da lei. É simplesmente isso. Nada a favor, nada contra, e o Conselho da Cidade não se manifestou a respeito desse assunto”. Vereador Flávio de Almeida: “só para eu encerrar, não precisa responder. É porque o Conselho da Cidade, como alguns vereadores sabem hoje, ele vem denegrindo a imagem desta Casa. Acho que só se a gente quisesse brincar aqui. Ele vem até dizendo que manda projeto e a Casa tem que aprovar, e não é bem assim não. A Casa é uma Casa séria. Eu estou aqui, eu passei por aqui, esta é a quarta legislatura que eu passo por aqui. O Plano Diretor, o atual, fiz parte dele junto com o prefeito, a gente fez parte junto na mesma comissão. Então, se esse Plano é incorreto ou falta alguma coisa, eu e o prefeito, o Senhor e o vereador José Guedes temos que aprender muito com ele, não é? Agora, só para eu encerrar, não justifica a cidade parar, isso não justifica, não tem como, a cidade não pode parar. A cidade continua com o Plano Diretor que existe. Acho que não pode parar novos empreendimentos imobiliários, a gente não pode parar toda uma cidade, acreditando que tem que fazer uma revisão. É o que a Casa tem feito hoje, a gente está fazendo a revisão da Lei Orgânica, mas a Casa não para, a gente continua. Então, Senhor Presidente, só para a gente ter esse conhecimento, a cidade não pode, de forma nenhuma, parar com a simples justificativa de que está fazendo uma revisão”. Secretário: “só um pequeno aparte, não vou demorar. Um detalhe, vereador,



em momento algum qualquer empreendimento deixou de ser analisado ou aprovado sob a égide da Lei atual. Nada está paralisado. Alguns empreendimentos que foram solicitados, em razão de não estarem contemplados pelo Plano Diretor, é que estão em questão. Mas, é dentro da Lei que está vigente. Mas em momento nenhum nós paralisamos, a não ser que se descumprisse o Plano Diretor que não é uma coisa que nós pretendemos fazer, descumprir a Lei atual”. Vereador Flávio de Almeida: “minha colocação foi só para a Casa saber o que está acontecendo”. Vereador Leci Alves Campos: “Secretário, só para complementar aquela informação do senhor sobre as ADE’s, gostaria de saber se tem previsão para se fazer a ADE de São Sebastião das Águas Claras”. Secretário: “essa pergunta foi feita na primeira Audiência, ela não consta naquelas que foram contempladas no projeto anterior, mas nada impede que nas Audiências Públicas se estabeleça uma ADE para lá. Isso pode ser feito dentro da revisão do Plano Diretor”. Vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “quero cumprimentar o Senhor Secretário Gabriel Simões Gobbi por sua disponibilidade de estar nesta Casa hoje, trazendo informações que são preciosas para o nosso desempenho enquanto legisladores. Então, quando o vereador Soldado Flávio fala que a cidade não pode parar, eu concordo com ele plenamente, nós não podemos parar, o Plano Diretor existe, ele foi aprovado, 2007/2007. Nós podemos, inclusive, apresentar emendas a fim de evitar que haja paralização de empreendimentos no município de Nova Lima, esta Casa pode apresentar emendas, independente desse Plano Diretor estar ou não aqui na Casa de volta após a sua revisão porque ele existe de fato, não é? Inclusive, lendo um





livro hoje que trata de Plano Diretor, lá mostra que a cidade de Nova Lima possui Plano Diretor. Está constando nesse livro, publicado pela Secretaria de Planejamento do Estado, que Nova Lima possui Plano Diretor, então, nós podemos interferir nesse Plano Diretor. Então, isso aí facilita, inclusive, se a gente tiver alguma dúvida de algum empreendimento que está vindo para Nova Lima e que a gente acredita que não tem o respaldo do Plano Diretor, nós podemos fazer emendas para poder tornar esse empreendimento viável para o município de Nova Lima. Quanto às ADE's, eu também concordo com a colocação do vereador Leci Campos, Secretário, porque, por exemplo, eu participei de uma reunião no Conselho Municipal de Patrimônio Público, onde eles já estão discutindo sobre a Mina Grande. Então, eles já estão discutindo isso lá, o que vai ser, o que não vai ser, o que vai pertencer ao município, o que não vai pertencer ao município, o que a empresa quer fazer lá dentro. Eles já estão discutindo isso. Então, é necessário que essa ADE da Mina Grande seja colocada como prioritária, eu acho importantíssimo isso para o município de Nova Lima. E uma coisa que me chamou a atenção, Secretário, no núcleo gestor que foi formado por membros do Executivo e com membros da sociedade civil organizada; eu senti falta, realmente, de ter representantes ali, quando foram lidos os nomes e apresentados os componentes desse grupo gestor, eu senti realmente falta, sabe, Secretário, de pessoas realmente do povo. Eu vi muito a classe dominante presente nesse Conselho, que são representantes, inclusive, do Conselho das Cidades. Mas eu senti falta e depois eu gostaria de analisar esses nomes que estão colocados lá, mas faltou a presença de gente mais simples participando desse



grupo gestor. Eu senti falta disso, eu acho que a gente tem que pensar nisso porque, senão, fica na mão de uma minoria privilegiada, quando eu acho que a participação popular, mesmo que nós tenhamos as Audiências Públicas, onde o povo vai participar, nós temos que fazer isso, intensificar a participação popular, mas eu acho que nesse núcleo gestor, eu acho que está fazendo falta gente, realmente, do povo estar participando. Depois eu gostaria que o senhor desse uma analisada nesse núcleo gestor”.

Vereador José Guedes: “eu queria dizer que o gosto do povo realmente não está sendo comunicado. Isso é uma coisa que eles deveriam receber, uma correspondência na sua casa. Não é colocar uma meia dúzia de faixas na cidade, convidando. Eu acho que a prefeitura tem uma falha muito grande ao não anunciar isso para o povão. Então, às vezes, os mais carentes não têm acesso a um jornal, às vezes, não vem no centro da cidade. Tem uma falha muito grande com relação a isso aí”.

Vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “então, eu gostaria que o Senhor desse uma olhada nisso. E aproveitando a vinda do senhor aqui também, na Casa, eu tenho recebido algumas reclamações lá da proximidade da Vila da Serra, Secretário, a respeito de estacionamento rotativo. Próximo ali ao Hospital Vila da Serra, quando o senhor sobe a Rua da Paisagem, aquelas terras ali pertencem à Nova Lima? O que me chamou a atenção, eu estive lá, é porque tem inclusive uma placa lá escrito assim Rotativo Nova Lima. Então, eu quero saber se essas vagas estão sendo computadas naquele cômputo geral de vagas do rotativo, que a prefeitura de Nova Lima só recebe cinco e meio por cento. Se essas também estão sendo contadas, porque são muitas vagas. Eu vi dois



estacionamentos lá e isso me chamou a atenção. Então, eu queria só uma informação, se essas terras lá onde estão sendo usadas, esse terreno onde está sendo usado ali na Rua da Paisagem pertence ao município de Nova Lima”. Secretário: “a primeira questão, ADE Mina Grande. Concordo com o vereador Leci, concordo com a vereadora, assim como também concordo com a questão do Alphaville na questão da Biom. Na verdade, nós vamos ter que optar qual é a prioridade, isso já está sendo. Só uma informação, a ADMPE da Mina Grande, foi ultimado o trabalho, ela não passou por Audiência Pública, mas está pronta, foi levada ao prefeito, deve ser discutida inclusive com a empresa, hoje aquela área é uma área privada, nós podemos estabelecer legislação, mas não podemos nos apropriar dela, a não ser que o poder público desapropriar. Então, temos que diferenciar as coisas. Uma coisa é nós legislarmos sobre a coisa pública e privada, competência desta Casa. Outra coisa é falar ali vai ser Casa de Cultura. Aquilo é de propriedade da Morro Velho, a não ser que se desapropriar. Já está pronta a ADE da Mina Grande para ser discutida porque ela também já estava muito bem elaborada, vai ser possível fazer num curto espaço de tempo. Então, a ADE da Mina Grande deve estar sendo encaminhada a esta Casa, na minha expectativa, dentro dos próximos sessenta dias possivelmente vocês estão recebendo. Só um parêntesis aqui, vereador, nós não gastamos um ano e três meses para fazer as ADE’s não. As ADE’s foram iniciadas em agosto e terminaram em novembro e foram encaminhadas agora no início do ano, então, nós gastamos três meses. Na verdade, foi formatação de conselho. Não, elas estavam, mas estavam sem avaliação, não foram avaliadas nesse período, na verdade, nós



iniciamos depois. O núcleo gestor foi constituído dentro de um termo de referência elaborado pelo Conselho das Cidades e, inclusive, realmente, está faltando gente. Naturalmente, a função do núcleo gestor é fazer um gerenciamento e não tomar decisões, é fazer um gerenciamento do andamento do Plano Diretor. Se ele está dentro do Estatuto das Cidades, se as Audiências estão dentro da legalidade, então, naturalmente, óbvio que tem que ter representatividade aberta, nós temos lá, por exemplo, a presidente da associação do José de Almeida, Dona Maria é uma das componentes também. Mas hoje, no Conselho da Cidade, toda eleição, toda votação no Conselho da Cidade, nós temos uma maioria de representantes, vamos dizer assim, de uma classe mais privilegiada, de condomínios, de loteamento. Razão pela qual eu, como presidente do Conselho, tive o cuidado de que todas as reuniões, justamente para que não ficassem os conselheiros titulares que representam uma camada mais significativa, eu convoco os titulares e suplentes para participar das discussões. Eu não convoco só os titulares porque eu acho que assim nós estamos abrangendo mais. A questão de comunicação, vereador José Guedes, nós fizemos ampla divulgação desta Audiência, tanto é que a demanda e tinha muita gente do povo lá. Quem esteve lá presente, acho que o vereador Leci, Silvânio fez parte, tinha muita gente e muitos voltaram. Agora, entregar de casa em casa fica um pouco difícil. Estava no rádio, estava em todos os jornais da cidade e faixa pela cidade toda. Nós entregamos a comunicação para o setor responsável da prefeitura, não é papel da Secretaria de Planejamento fazer comunicação. Então, nosso papel nós exercemos. A questão do Villa da Serra, eu tive a oportunidade



de ter conhecimento hoje desse assunto, não tinha. E a primeira coisa que eu demonstrei, tenho aqui, posso deixar com os vereadores, uma batalha que está sendo travada nos bastidores é a questão da divisa do município de Nova Lima e Belo Horizonte. O IGA estabeleceu um novo limite, esse novo limite, o órgão competente federal é o IGA, ele estabeleceu e pasmem os senhores, parte da Rua da Paisagem pertence a Belo Horizonte”. Vereador Flávio de Almeida: “Gabriel, isso não é novo não. Eu era Secretário de Segurança, era Secretário o Guto; houve uma invasão de Belo Horizonte ali com a Guarda Municipal de Belo Horizonte. A gente esteve lá e nós os tiramos dali. Descemos com eles para a delegacia aqui e provamos que a parte ali é nossa. A parte onde existe aquele estacionamento, vereadora, ela pertence ao município. É a parte de cima, a linha é que a gente discute com a área federal que é a ferrovia. Mas isso já é de muitos anos”. Secretário: “nós não conseguimos, buscamos essas informações e passamos até para a Procuradoria Jurídica também, para determinar. E o IGA já soltou documento, no entendimento, o IGA é o órgão que tem essa competência, inclusive, delegada federal. Mas só para informar, tenho aqui uma ortofoto, onde mostra que esse estacionamento que foi citado está não só dentro do município de Belo Horizonte, pela demarcação do IGA, como a área que está sendo utilizada pertence ao governo federal, está exatamente dentro dos limites da antiga rede ferroviária federal. Então, isso eu esclareci, mostrei hoje. Independente disto, nós estamos, enquanto Secretaria de Planejamento e Gestão, até ultrapassando um pouco os limites da nossa competência, nós estamos oficiando a Secretaria de Segurança e Trânsito para que faça



uma fiscalização para verificar se o que está escrito lá ‘Estacionamento Rotativo’ está sendo feito dentro da legalidade. Esse é o procedimento que eu acho que nos cabe, mandar fazer uma averiguação. Ali, o estacionamento rotativo o que é? Venda de estacionamento? Estacionamento rotativo não está dentro do município? Então, cabe uma fiscalização para verificar. Se houver qualquer irregularidade que seja de competência do município de Nova Lima, nós vamos agir. Se não for, nós vamos acionar o Ministério Público para que ele discuta Belo Horizonte”. Vereador Flávio de Almeida: “o senhor podia aproveitar e olhar também o ponto de táxi lá”. Secretário: “eu falei aqui, pelo IGA, uma parte da Rua da Paisagem é de Belo Horizonte”. Vereador Flávio de Almeida: “é porque ali divide, uma parte é nossa e a outra é Belo Horizonte”. Secretário: “os táxis podem ficar na parte de Belo Horizonte, não podem ficar na parte de Nova Lima”. Vereador Flávio de Almeida: “o estacionamento de cima, de um senhor deficiente, pertence ao município. E o rotativo nunca foi para lá porque ele nunca esteve dentro do nosso município”. Vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Secretário, agradecer as suas respostas e agradecer também, eu hoje recebi, eu fiz uma solicitação à Secretaria de Planejamento de documentação que estava faltando para completar as ADE’s do Jardim Canadá e Vale do Sol, o senhor me mandou hoje, eu já protocolei na Casa, então, eu acredito que a partir de agora, a Casa pode começar a fazer a análise das ADE’s do Jardim Canadá e Vale do Sol. Agradeço pelo senhor ter mandado para a gente, obrigado”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Secretário Gabriel Gobbi, boa noite. Eu gostaria de saber do senhor qual a política de repreensão às invasões de



área pública que o Poder Executivo tem adotado nesse governo? Porque eu acho que hoje é uma vantagem que nós temos, da região metropolitana, Nova Lima tem o mérito de não ter favela na nossa cidade. E isso tem me preocupado bastante, a cada dia nós temos observado que tem aumentado essas áreas de invasão”. Secretário: “eu falei no início que o prefeito nos pediu algumas prioridades. Dessas prioridades, além do Plano Diretor, uma delas foi fazer face às invasões de propriedades públicas. Cabe aqui explicar para todos, os vereadores nem tanto, acho que eles têm conhecimento disso por ser um aspecto legal, que o poder público só pode agir em defesa da propriedade pública. As propriedades privadas, se invadidas, quem tem que defender é o dono. E é uma das raras posições do Código Civil que permite que o proprietário use da força: na defesa da sua propriedade. O município tomou duas atitudes. A primeira, embora não seja competência exclusiva da Secretaria de Planejamento, nós temos é que demonstrar onde estão as propriedades públicas. Mas as Guardas Municipais no Brasil, elas foram instituídas e constituídas para a defesa do patrimônio público. Depois elas acabaram tendo tanta inserção que acabaram extravasando isso, inclusive, com a municipalização do trânsito e você hoje tem em alguns municípios, inclusive, os agentes de trânsito municipais, essa é uma questão da municipalização. Mas, então, a Guarda Municipal é responsável pela proteção. Nós tomamos a iniciativa a pedido do prefeito com duas ações. Primeiro, detectar todas as áreas públicas e, em caso de invasão, tomar uma medida imediata com o apoio da Guarda Municipal que é o setor competente, dos fiscais de obras porque, caso esteja sendo feita alguma edificação, é responsabilidade do fiscal



ir lá e tomar providências e da Polícia Militar, não para agir, mas para dar segurança aos agentes públicos municipais no exercício de sua função. Isso foi feito. Diminuiu, e muito, hoje, praticamente, nós temos pouquíssimas. Tivemos casos exemplares, o vereador José Guedes presenciou isso, de áreas que estavam invadidas, inclusive com construções grandes, foram demolidas a bem do serviço público. Nós fizemos isso no Jardim Canadá e fizemos aqui nos Cristais, isse foi de notório conhecimento e amplamente divulgado. Além disso, até por uma iniciativa minha, eu sugeri ao prefeito que nós criássemos uma identificação da propriedade pública. E aí nós criamos aquele projeto: ‘Proteja o que é nosso’, que é colocar cercas coloridas com as cores da bandeira de Nova Lima, amarelo e vermelho, e com uma placa falando: ‘Propriedade municipal. Proibido uso e ocupação’. Isso foi tão bem aceito pela população, inclusive com elogio do Ministério Público, que o município de Congonhas nos pediu o projeto emprestado, eu falei só para mudar a cor, não é, Presidente, porque usar as cores de Nova Lima não, senão nós vamos ser proprietários de áreas lá em Congonhas, que eles pintassem da cor de Congonhas. Eles pediram para nós o projeto para também cercar as áreas públicas identificadas. Então, qualquer cidadão, qualquer autoridade que ver alguém depredando, retirando, invadindo uma área que esteja com cerca pintada de vermelho e amarelo, ele pode denunciar porque alguém está invadindo uma área pública. Nós fizemos isso, inclusive, com aquela área de três mil e quinhentos metros quadrados no final da Avenida Oscar Niemeyer, que foi retomada para o município, estava com risco de invasão na área mais nobre do município, está cercada como propriedade municipal e





vai ser usada como propriedade municipal”. Vereador José Guedes: “quero agradecer a presença do Gabriel e aproveitar na oportunidade, nesses vinte e dois anos meus aqui na Câmara, falou-se aqui sobre emendas, nessa caminhada minha aqui na Câmara, nenhum prefeito gosta de emendas apresentadas pelos vereadores; não respeitam, geralmente eles podam. Espero que o vereador Cássio não siga o que os prefeitos do passado fizeram. A Câmara aprovou por unanimidade, no mandato passado, algumas emendas nossas e o prefeito não sancionou, ele vetou. Então, que o Cássio respeite, porque eu vejo nossas emendas, as emendas são coisas sérias, é uma arma do vereador, ele sabe o que está acontecendo nos bairros. Então, o senhor faz parte lá, que o senhor peça ao prefeito que respeite as emendas dos vereadores. Perguntar ao senhor, desde quando eu nasci vejo falar que a prefeitura abriria uma rua próxima à Rodoviária e terminaria no Mercado. O Cássio prometeu isso também, como os outros do passado, e nada foi feito. Eu gostaria de saber porque o trânsito em Nova Lima é um caos. Essa praça aqui, sexta-feira é um inferno, qualquer festa que tem é um verdadeiro caos, o povo não aguenta mais. Alguns prefeitos do passado, eles vivem mil e novecentos que Nova Lima tinha meia dúzia de carros, de automóveis, então, a história hoje é outra. O Cássio prometeu isso, que seria breve, eu gostaria de saber como está esse assunto lá na prefeitura. Perguntar ao senhor qual a solução para esse trânsito aqui na praça. O prefeito atual prometeu que retiraria a ‘Sexta na Feira’, ela foi criada quando tinha meia dúzia de carros, então, hoje é outra história e até agora eu não vejo projeto nenhum. Quero parabenizar o senhor pela ideia da cerca. O senhor sabe a minha luta, a nossa luta para



tirar dezessete invasores lá no Bairro da Chácara dos Cristais, próximo ao campo do Nacional. Foi uma luta tremenda, precisou de polícia e teve que agir com rigor porque tem uns caras em Nova Lima que acham que são donos da cidade, não respeitam as leis, o senhor sabe de quem eu estou falando. Quero comunicar ao senhor que esse elemento está movimentando para invadir lá no BNH, informações concretas dentro da prefeitura. Então, aquela região ali tem um vereador que não tem medo de cara feia, o senhor sabe disso. Este impostor trabalha constantemente na ilegalidade, prejudicando a nossa cidade, e ele está tentando novamente invadir outro bairro, incentivando, o mais grave, que tinha até autoridades invadindo lá. Mas lá tem um vereador que ama essa terra e ama aquela região. Comigo lá, eu vou denunciar. Eu não tenho poder para retirar invasor, mas para denunciar, ir no Ministério Público, cobrar do senhor como eu cobrei, cobrar do prefeito. Naquela região eu não vou aceitar isso. E quero dizer que foi falado aqui pelo meu amigo Fausto que Nova Lima não tem favela. Eu acho que Nova Lima tem pequenas favelas, mas tem. Vou citar uma, ali no campo do Olaria e Canto do Rio, ali é uma verdadeira favela, e ninguém toma providência há anos. O mais grave é que aqueles barracos ali são usados por marginais que vêm de Belo Horizonte. Na casa do meu amigo Argemiro Diório, um marginal invadiu sua casa com uma faca, às vinte e duas horas. Invadiu sua casa à meia noite; a mesma casa, duas vezes. Eles dormem naqueles barracos ali, dão uma mixaria para o usuário, dormem lá e de madrugada vão embora. Então, aquilo ali tem que tomar providências. A solução que eu tenho, o Cássio não aceitou, é fazer casas populares e retirar esse pessoal, e a solução que eu acho.



Porque aquele pessoal ali, esses invasores, ele não têm condições nem de comer um angu com farinha; eu conheço a situação daquele pessoal. Então, são pobres ao extremo, as pessoas não têm nem o alimento próprio, como vão construir um barraco? Então, a solução é essa, eu gostaria que a prefeitura tomasse providências com relação a moradias porque Nova Lima, em nove anos, não construiu uma casa sequer. É uma cidade de poder aquisitivo alto, Raposos e Rio Acima estão na nossa frente”. Secretário: “existe hoje, o Dr. Élcio Barbosa que assumiu a Secretaria de Obras recentemente, ele localizou um projeto e nós já estamos em entendimento, dentro do projeto da ADE da Mina Grande tem uma previsão de uma obra que seria interligando não só o final da avenida, passando por dentro da área da Mina Grande, mas todos nós sabemos que se essa via terminar na Praça do Mineiro, nós não estamos resolvendo, nós estamos complicando mais, nós estaríamos direcionando. Então, existe um projeto que passaria por trás, quem conhece Nova Lima, pela Mina Velha, e que sairia lá no Sesi, já naquela parte onde tem aquela rua que é praticamente mão dupla, desculpa, me faltou o nome agora, que passa ali atrás do Senai e que acessa as Cabeceiras. Então, essa é a solução mais imediatista, já existe um pré-projeto, é um projeto básico, não é um projeto executivo. O Dr. Élcio me mostrou esse projeto recentemente, isso está na alçada da Secretaria de Obras e Serviços Públicos. Eu entendo que a única medida efetiva que nós teríamos de curto prazo é essa, eu não vejo outra. As outras são de longo prazo, que é acesso por Sabará, aquelas coisas que vêm sendo discutidas. A questão do trânsito, eu não tenho resposta. Eu acho até que seria mais com a Segurança e Trânsito. Eu fui



Secretário de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano de Ouro Preto oito anos, eu perguntava ‘como resolver o problema?’. É só não deixar o carro entrar. Porque você tem um traçado do século XVIII e um monte de carros do século XXI. Isso não tem solução. Então, infelizmente, é um problema sério, com esse circuito em volta e restrição ao tráfego. A questão da invasão já ocorreu, sinto informar. Mas fico feliz em informar que ela ocorreu, foi reprimida e nós já cercamos a área no BNH, que é da prefeitura, com a nossa cerca e comunicamos à AngloGold, ela cercou a área que é dela, que também estava sendo invadida e está negociando com a prefeitura para que lá sejam construídas casas populares”. Vereador José Guedes: “a prefeitura está sendo desrespeitada por um elemento, a Câmara está sendo desrespeitada, o Ministério Público. A solução é prender esse elemento. É prisão nele. Porque é brincadeira. Invadiu o Galo, BNH, Chácara. Eu acho que é prisão”. Vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu gostaria de perguntar ao senhor Gabriel. Primeiro, ressaltar aqui o que já foi falado pelo vereador Flávio de Almeida, que o principal motivo é justamente a falta de resposta por parte do Executivo aos requerimentos apresentados por esta Casa. Até entendo que nem todo requerimento, eu entendo dessa forma, nem todos têm que ser respondidos mesmo porque alguns são pedidos e algumas coisas são até lógicas. Mas quando se trata de requerimento, principalmente pedindo esclarecimentos, um requerimento que é de ordem de fiscalização, eu acho que o Executivo teria obrigação, acho não, ele tem essa obrigação de responder a esta Casa, mas não responde a nenhum dos nossos requerimentos. Portanto, além de tirar minha dúvida, vai também um requerimento



verbal diretamente ao responsável pela área, que é o senhor. Eu queria saber, na Fazenda do Benito, a prefeitura divulgou que ela desapropriou uma área ali para fazer o Programa Minha Casa, Minha Vida. Eu queria saber se foi feito um estudo desse terreno antes de fazer essa desapropriação e como foi feita essa desapropriação. Se foi como comodato, de que forma foi feita, o senhor tem conhecimento, com certeza deve ter. Mas eu queria um esclarecimento a respeito desse assunto. E também um outro terreno, também para o Programa Minha Casa, Minha Vida. Eu estou, inclusive, com um Decreto aqui, que é o de número 5.580, de doação de um terreno para a Caixa Econômica Federal e também para o Programa Minha Casa, Minha Vida. Nesse caso aqui específico, o terreno é uma área que está no Oswaldo Barbosa Pena, os lotes de números de um ao cinco, na quadra trinta e dois, ali no Oswaldo Barbosa Pena. A metragem é de três mil, setecentos e oitenta e dois metros quadrados, por aí. E também para o Programa Minha Casa, Minha Vida, esse terreno foi doado para a Caixa segundo o Decreto, doado para a Caixa para o Programa Minha Casa, Minha Vida. Então, eu tenho aqui, inclusive, o Decreto em minhas mãos e o número está aqui para o senhor avaliar. Sobre o outro, eu gostaria de saber se foi feita alguma avaliação e de que forma foi feita. E nesse caso aqui, eu gostaria de saber, eu gostaria da cópia de inteiro teor do processo que culminou nessa doação de terreno”. Vereador Leci Alves Campos: “Senhor vereador André, este decreto que o senhor citou aí, 5.580, qual é a data?”. Vereador André Luiz Vieira da Silva: “vinte e seis de dezembro de dois mil e treze”. Vereador Leci Alves Campos: “eu gostaria de fazer uma pergunta ao Presidente da



Casa. Pode ser feita doação através de Decreto sem ter Projeto de Lei votado aqui nesta Casa?”. Senhor Presidente: “repete, por favor”. Vereador Leci Alves Campos: “é um complemento da informação do vereador André. Foi doado um terreno para a Caixa Econômica Federal, Decreto 5.580, com data de vinte e seis de dezembro de dois mil e treze”. Senhor Presidente: “nenhum terreno pode ser doado se não passar por aqui. O Secretário sabe muito bem disso, isso é lei específica. Se foi doado por Decreto está errado. Entendeu? Agora, ele vai responder porque eu não sei desse fato. Sua Excelência que citou. Ele vai responder. Às vezes também ele nem sabe. Eu acredito que isso também passa pelo Jurídico. Qual a data?”. Vereador André Luiz Vieira da Silva: “vinte e seis de dezembro de dois mil e treze”. Secretário: “bom, vereador, respondendo aqui aos questionamentos. Realmente, da nossa Secretaria, eu estou em débito somente com alguns questionamentos que me foram feitos pelo Presidente da Casa, uma questão de empreendimentos, que nós tivemos alguma dificuldade em acessar os dados de aprovações. Já terminei esse relatório, devo estar encaminhando na próxima semana, foi um pedido dos empreendimentos. Eu não tenho por costume, quem me conhece sabe, de deixar ninguém sem resposta; mesmo que seja falar ‘eu não sei’ ou ‘eu não tenho conhecimento’. Então, naturalmente, embora a Secretaria de Planejamento tenha o nome Planejamento dá uma ideia de que nós interferimos em tudo na prefeitura, não é uma verdade, na verdade, nós estamos querendo que a Secretaria de Planejamento tenha esse papel. Mas, hoje, ela cuida mais das questões de aprovação, fiscalização de obras, aprovação de projetos. Então, se por acaso houve uma falha nossa na resposta a algum



requerimento do senhor feito à Secretaria de Planejamento, o senhor pode me colocar que, com certeza, eu corrijo”. Vereador André Luiz Vieira da Silva: “com relação a isso o Senhor não precisa se preocupar não porque eu sei que os requerimentos nem chegam aos Secretários”. Secretário: “segunda coisa, Fazenda do Benito, Minha Casa, Minha Vida, a questão da Caixa. A Secretaria de Habitação que esteve recentemente aqui, hoje é a responsável não só pela construção das casas populares, pelos programas habitacionais do município, mas também pelo estudo técnico porque eles têm engenheiros e arquitetos também. Então, não passa por nós a avaliação técnica e a avaliação legal das propriedades para o Programa Minha Casa, Minha Vida. Quando chega a nós, são os projetos a serem aprovados para verificar se as residências a serem construídas estão dentro da legalidade quanto aos aspectos segurança, saúde, habitabilidade e tudo mais. Então, nós analisamos os projetos, mas nós não analisamos e nem avaliamos áreas destinadas. O Presidente até me antecipou um pouco da resposta, a detecção do terreno, a negociação é feita pela Secretaria de Habitação, depois é feita a avaliação pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis da Prefeitura ou pela Caixa, eles pedem uma avaliação dos técnicos da Caixa, e isso é encaminhado ao Jurídico que elabora os Decretos de Desapropriação. Então, vou ser sincero com o Senhor, eu não tenho conhecimento desse processo, como ele se deu. Se for o caso até de pedir à Secretaria responsável que encaminhe, eu posso até me dispor a ajudar nisso, mas não é uma atribuição da Secretaria de Planejamento e Gestão entrar nesse mérito, mas sim na aprovação do projeto final da construção das residências, fiscalizar e emitir



‘baixa habite-se’. Então, eu realmente não tenho essa informação”. O vereador Gilson Antônio Marques indagou se aprovam empreendimentos sem analisar a planta do terreno. Secretário: “não, eu estou dizendo é que o processo de elaboração, porque o Minha Casa, Minha Vida é um programa federal, então, ele tem desde a localização de terrenos destinados e desapropriados, adquiridos ou destinados ao projeto de construção de casas chamadas casas populares, e esse processo todo da escolha do terreno, da avaliação, ele é feito através da Secretaria de Habitação. A nós cabe, uma vez elaborado um projeto, nós vamos construir tantas moradias, a moradia vai ter, enfim, quais tipos de cômodos, como é que são as suas composições dentro do estabelecimento das regras urbanísticas, analisar o projeto do empreendimento como se fosse, também, um empreendimento privado, público, a gente analisa e verifica ali, vem junto ao processo, o terreno, ou seja, a propriedade dele, se ela estava destinada para aquela finalidade, e se os projetos estão de acordo com a legislação. Então, a nossa parte é aprovar o projeto. Entenderam? Nós não participamos do processo de escolha de terreno que foi o objeto da pergunta do vereador. Essa escolha não faz parte da nossa participação, para isso existe a Secretaria de Habitação com engenheiro, arquiteto, enfim, técnicos responsáveis”. Vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Secretário, só para concluir aqui. Uma vez já sendo feita a doação e sendo feita a desapropriação, concluída já essa parte, vai chegar na mão da... é o que o senhor está falando, vai chegar na mão...”. Secretário: “vai chegar o projeto com a planta das casas, o número de..., aí nós vamos avaliar o terreno, vamos avaliar as casas para poder aprovar e emitir alvará de





construção”. Vereador André Luiz Vieira da Silva: “mas vai chegar com uma avaliação já feita”. Secretário: “nós avaliamos o seguinte, se você entrar, assim como a própria prefeitura, entrar lá ‘eu quero construir uma casa’, uma das primeiras coisas que é solicitada é ‘me apresente o documento de propriedade’. Nós analisamos se naquela propriedade quem vai construir é o proprietário. Agora, como foi aquela aquisição, esse é um processo elaborado juridicamente e pela Secretaria de Habitação para o caso do Minha Casa, Minha Vida”. Vereador André Luiz Vieira da Silva: “deixa só eu colocar aqui a minha preocupação. Em primeiro lugar, o terreno em questão na Fazenda do Benito é um terreno íngreme, um terreno acidentado. Nós vamos cair naquela velha questão da propaganda enganosa. Depois vai chegar na hora e não vai poder fazer porque só para poder desaterrar lá, fazer a terraplanagem, vai gastar milhões que daria para fazer um montão de casas. Isso já é um problema sério. Então, não adianta vender uma propaganda enganosa hoje, dizendo que adquiriu o terreno para fazer não sei quantas casas, está inclusive noticiado no site da prefeitura, e depois chegar à conclusão de que o terreno não pode ser feito. Como já foi feito ali em cima, numa outra área, em relação à ASCAP. E essa outra questão aqui envolve isso que o senhor está falando agora, quando chega no Planejamento para avaliar o tipo de residência que vai ser construída, aquela coisa toda, porque, pelo menos no Minha Casa, Minha Vida, existem vários tipos, vários patamares que vão determinar que tipo de classe da população vai ser beneficiado ali. E aqui entra em questão porque um terreno foi doado. Então, partindo do princípio de que o terreno foi doado, então, isso deveria descontar na



população, aquele imóvel teria que ser mais barato para a população; é o meu ponto de vista. Se a prefeitura paga por um terreno e se um empreendedor paga por um terreno, aquele valor vai ser atribuído à construção e no final das contas quem vai pagar vai ser quem estiver interessado em adquirir o imóvel. Por mais que seja Minha Casa, Minha Vida, as pessoas pagam por ela. Se é um terreno doado, então, de alguma forma, tem que haver um desconto para o consumidor final que é a população, no meu entendimento. Então, por isso, se não é a sua área, eu vou fazer o mesmo requerimento à Secretaria de Habitação. Mas eu quero deixar esclarecido aqui porque e qual é a minha preocupação, que é justamente essa, porque a gente precisa do inteiro teor do projeto, desde o início, desde a forma como ele foi doado. Porque parece até que a mineradora fez um favor e cedeu o terreno para construir e não foi o caso. A prefeitura pagou mais de um milhão pelo terreno, onde ainda vai ter que gastar muito para poder nivelar, fazer a terraplanagem. Então, tem muito caroco nesse angu, é assim que fala? Tem muito coelho nessa cartola, tem muita coisa a se investigar. As minhas questões eram essas”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu quero, mais uma vez, agradecer ao Gabriel. Eu penso que Nova Lima ganha muito com você, Gabriel, você tem conhecimento, sabe o que está falando, sabe o que está fazendo, a sua solução aí para a questão lá da AngloGold, eu tinha pedido a palavra porque eu ia fazer uma colocação, de repente você veio com a resposta que para mim é muito plausível. Mas, mais uma vez, eu quero te pedir, Gabriel, aí já nem é uma pergunta. Nós podemos mudar toda a dinâmica do Centro de Nova Lima com a ADE da AngloGold ali, a Ade da Mina que eles falam. Nós



podemos mudar toda a dinâmica do Centro da Cidade. E aí me preocupa muito quando você coloca, mas eu entendo que você está sendo é precavido na sua fala, quando você coloca que nós não podemos decidir se lá vai ser uma Casa de Cultura ou isso ou aquilo. O interesse comercial e imobiliário que tem naquilo ali, ele é tão grande que dá para a gente sim esta liberdade de fazer essa escolha ‘nós queremos essa casa de cultura aqui. Eu estou citando um exemplo porque você citou Casa de Cultura. Mas eu penso que o interesse comercial que tem por trás daquilo ali nos permite fazer essa decisão sim, e eu penso que nós temos que convocar a população para participar especificamente daquelas ADE’s. É lógico, todas são importantes, mas aquela ADE especificamente ali, ela vai mudar toda a característica do Centro Histórico da cidade de Nova Lima. E aí eu penso que nós temos que ter cuidado com isso. Voltando à questão da fiscalização, você sabe disso, eu tenho colocado para você várias vezes essa questão, quando você coloca assim ‘a prefeitura não tem como atuar num terreno que é particular’. Eu volto a falar mais uma vez, eu penso que em alguns casos a prefeitura é omissa. E ela não é omissa por falha do Secretário, ela não é omissa por falha do fiscal, eu penso até que o fiscal trabalha muito. O problema é que lá tem pouco fiscal demais para fiscalizar uma cidade com um território que é o de Nova Lima. E aí quando eu vou em Água Limpa e vejo aquilo tudo lá, eu acredito que seja impossível um pobre coitado, e aí é pobre coitado no sentido da palavra de ele não ter coragem de ir ali fiscalizar aquilo que está acontecendo. Então, nós temos que aparelhar o município de Nova Lima com mais fiscalização. Eu, mais uma vez, fazendo ali com o André Vieira, eu tenho requerimento



nesse sentido e aí o prefeito sequer dá resposta. Eu penso que a Secretaria tem que dar guarida para o fiscal porque fiscal não tem como trabalhar. E ele, na verdade, em última instância, ele que é o criticado. A coisa não está dando certo porque o fiscal é isso, o fiscal é aquilo, ele não foi, ele não vai, ele não faz, não acontece. Mas, infelizmente, a população tem que reconhecer, são poucos fiscais e aí talvez fosse hora mais do que ideal de a prefeitura, além de valorizar mais os fiscais que já tem, ela liberar um concurso público especificamente para a questão da área de fiscalização. Não só da fiscalização de obras, mas também nós temos postura, nós temos todo um arcabouço de necessidade de fiscalização. Eu vejo o vereador José Guedes com essa questão de som na cidade, parece que ele encara isso sozinho, mas ele está coberto de razão. É uma barulheira e a gente não tem fiscal para fiscalizar essa coisa toda, nem equipamento público suficiente. Criou uma lei agora para resolver parte do problema, mas se não tiver uma boa vontade. As minhas considerações são essas, quando eu coloco aqui com tanta ênfase assim é porque, mais uma vez eu falo, a gente é a caixa de ressonância da comunidade, eles vêm até a gente e, às vezes, em alguns momentos, a gente tem que ter essa capacidade nossa de indignação, de dizer 'isso não está certo, isso está demorando demais', mas é porque a gente quer que a população seja ouvida. Muito obrigado".

Vereador Gilson Antônio Marques: "Senhor Secretário, eu sei que o requerimento que vou falar dele aqui envolve outras secretarias que é de Obras e Regulação também, mas também sei que tem que ter a participação do Planejamento. Nós aprovamos nesta Casa um requerimento de autoria do vereador Gilson Marques, no dia cinco de agosto de dois



mil e treze, com relação à duplicação da Campina Verde, ali onde fica situada a Via Ouro. Nem resposta, nem uma análise foi feita na rua até ontem e, cada dia, a situação fica mais caótica lá. Então, nós temos que tomar uma providência. Eu estou aqui cobrando uma providência do Planejamento junto com as demais secretarias competentes; o senhor deve ter conhecimento, com certeza, de quais são. Porque ou tem que duplicar aquela rua, rodovia ou estrada, não sei como chama, ou tem que criar um acesso independente para a Via Ouro porque ela hoje só opera com a Via Ouro, só cabe um ônibus. Já teve acidente com vítima fatal lá, acho que dois, salvo engano. Tem acidente quase todos os dias. E você passa lá oito horas da manhã, são duas horas para sair do engarrafamento; você passa dez horas, são duas horas; você passa meio dia, são duas horas; você não consegue transitar lá. Será que o Executivo não está enxergando que ele colocou uma situação inaceitável ali hoje? Incabível porque asfaltou o Jardim de Petrópolis, interligou Macacos ali por dentro, está fazendo a barragem B2, tem a Via Ouro, tem demais empresas, loteamentos e grandes empreendimentos ali para cima. E, hoje, para duplicar aquela rua, pelo pouco conhecimento que eu tenho, também fui Secretário de governo e andei por esta cidade toda, parece que só tem uma casa a ser desapropriada, uma residência; o resto são pequenos acertos de terrenos que dá para fazer. Ele vai esperar que as pessoas construam e que fiquem cem, duzentas casas para desapropriar? Uma outra questão é a fiscalização dos loteamentos clandestinos na nossa cidade. Loteamentos mesmo; o cara tem uma fazenda, vai lá, rasga no meio, divide em duzentas partes e faz os lotes. A ganância é tão grande, ele deixa um beco para passar



um caminhão. Tem morro em um determinado loteamento que eu conheço, se tiver um caminhão carregado subindo, ou ele vai voltar, ou ele vai bater de frente com outro e matar alguém porque não tem como acostar, não tem como parar, não tem como arrancar de novo no morro. E o governo sempre fechando os olhos. Aí quando o coitado compra os lotes para construir, ele é embargado, impedido, perseguido, multado. O governo não teria que atuar antes de deixar o proprietário vender esses lotes? Eu queria pedir para ter um olhar mais atento a essas coisas no nosso município, mas em especial à Rua Campina Verde, onde está hoje localizada a Via Ouro e demais empresas que tem ali para cima”. Secretário: “respondendo objetivamente, quando eu participei da prefeitura aqui, 78 a 82, depois disso eu só voltei em 2013. A Secretaria de Planejamento foi desmembrada, o que deu origem à Secretaria de Obras e Regulação Urbana. Os projetos são elaborados, discutidos, principalmente de infraestrutura e sistema viário, pela Secretaria de Obras e Regulação Urbana. Eu, realmente, não tenho conhecimento desse projeto. Eu posso até saber com o Dr. Élcio hoje da existência e da necessidade dele. Não é uma demanda que tenha sido trazida à Secretaria de Planejamento. Hoje, é de competência, realmente, junto com a Secretaria de Transporte e Trânsito cuidar deste assunto da ampliação e melhoria das vias. Loteamentos clandestinos, nós temos promovidos ações de impedimento, inclusive junto ao Ministério Público também. Obviamente, qualquer construção executada em loteamento clandestino é objeto de notificação. Acho que foi muito bem colocado aqui pelo vereador Silvânio a dificuldade de fiscalização, não só pelo número, mas também pela



própria competência ou autoridade que ele tem. Ele notifica, embarga, multa e encaminha para o jurídico. No caso da propriedade pública não, nós podemos agir em defesa da propriedade, ir lá e derrubar. Como qualquer um de nós aqui na defesa da nossa propriedade da nossa família, nós podemos agir assim. No caso de loteamento é denúncia, é processo, é embargo e justiça em cima. Eu concordo com tudo que foi falado, eu acho que nós podemos ter, talvez, uma ajuda nesse sentido para dar uma resposta neste caso, uma vez que ele implica no sistema viário e, uma vez, aprovada qualquer duplicação tem que ser encaminhada ao Planejamento para poder ser lançada a nova dimensão no sistema viário. Isso é possível fazer”. Vereador Leci Alves Campos: “Senhor Secretário, a gente tem conhecimento que este trabalho de análise, estudo que chega até a doação de um terreno é feito pela Secretaria de Desenvolvimento. A parte de fiscalização está ligada à sua Secretaria. Tem um prédio do lado da FAENOL, foi um terreno doado pela prefeitura, e eles simplesmente desativaram as suas atividades. Ex-funcionários de lá já me contaram que eles estão aguardando chegar o prazo dos dez anos para poderem dar o rumo que eles quiserem para o prédio. Eu queria saber se a fiscalização tem atuação sobre isso”. Secretário: “na verdade, a nossa atuação, essas cessões foram cessões de uso feitas no passado por todas administrações, elas tinham condicionantes, e essas condicionantes, se não cumpridas, reverterem o imóvel; se cumpridas, tem essa. Mas eu acho que ainda cabe, afinal, quem homologa ou não a propriedade é o município. A nossa parte não é verificar isso, é verificar se lá tem alguma edificação em desconformidade. A legalidade é tratada pela Procuradoria Geral



que vai analisar se isso está correto. Então, por parte da Secretaria de Planejamento e Gestão, nós não teríamos uma ação direta, isso cabe diretamente à Procuradoria”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, prorrogou a reunião por dez minutos.

Vereador José Guedes: “Gabriel, a Secretária de Habitação veio aqui na Câmara, a reunião durou umas quatro horas, ela falou três horas e meia; cansou todo mundo aqui e quase não deu respostas positivas. Ela falou que foi à AngloGold, negociou com muito jeitinho aquele morro lá. A prefeitura já fez uma parte da terraplanagem no mandato passado. Agora, estou tendo notícias de que vai fazer mais terraplanagem. Eu pediria ao Senhor, confio muito no Senhor, porque vereador aqui não tem tido o carinho, as respostas devidas. Não é favor que os Secretários fazem em mandar as respostas por escrito dos requerimento aqui. Então, pedir ao Senhor para fazer um levantamento de quanto custou a terraplanagem naquele morro lá porque aquilo não deveria nunca ser desapropriado para fazer casa para os pobres; lá no Benito. O custo daquela terraplanagem e o custo do terreno porque nós temos que agir. A segunda terraplanagem se for o que estou ouvindo falar, a Câmara tem que lutar e barrar. Ficar aquele morro paralisado lá e conseguir um terreno adequado para construir as casas populares”.

Secretário: “o que eu posso me comprometer aqui, vereador, é buscar informação e, caso esteja incompatível, fazer um parecer da Secretaria contrariando uma questão que foi levantada pelo vereador André também, se houver um parecer, já antecipar pela Secretaria de Planejamento. Acho que isso é, no mínimo, obrigação nossa, antecipar para evitar que este fato possa se repetir. É a única coisa que eu poderia me





comprometer”. Senhor Presidente: “queria falar com o Senhor, tem algumas perguntas que eu vou lhe fazer, para ser mais objetivo porque eu só vou perguntar e, às vezes, não é da sua Secretaria. Entendo que o Senhor pode responder quase todas, mas pode ser que aí fica a seu critério e não queira responder, é todo direito seu. Eu estive na prefeitura há uns dias atrás, fui ao setor do seu trabalho, conversei com algumas pessoas lá, Antônio, Raimunda. Soltaram uma informação básica no Vale do Sol totalmente equivocada, usando mapa que não é o mapa de 2007 pela Lei do Plano Diretor. Eu falo até o número do lote: lote 51 da quadra 2. A pessoa achou que ele tem direito àquilo tudo que está lá, e é exatamente ao contrário porque o lote dele está fora praticamente do paralelo da 040, e aquele zoneamento que deram a ele é a frente da 040. Eu queria lhe dar esta informação, que aí o senhor pode olhar. Isso é desconhecido pelo Senhor não é?”. Secretário: “é, eu teria que verificar porque a informação básica é feita por processo e é respondida diretamente pelo setor de cartografia olhando a lei. Se houver uma denúncia de irregularidade, eu verifico e tomo a providência”. Senhor Presidente: “eu pedi à sua Secretaria o relatório da aprovação do Condomínio Ecoville, aquele que está na beira da ponte que passa para Bicalho, já requerido por esta Casa em ofício 197/2013 encaminhado à sua Secretaria. O zoneamento ali é ZOCS1. De acordo com a Lei 2007 do Plano Diretor, pode edificar até três pavimentos, no local estão construindo quatro”. Secretário: “Senhor Presidente, podia me passar o número do ofício, por favor”. Senhor Presidente: “197/2013”. Secretário: “eu me lembro de ter recebido alguma coisa sim e fiz, inclusive, a resposta. Estou até estranhando de não ter sido encaminhada. Eu



vou verificar e responder. Hoje, nós temos tido uma preocupação muito grande em observar o Plano Diretor vigente, independente de ele ser certo ou errado. Não nos cabe discutir lei, cabe cumprir e executar a lei. Se ela é certa ou errada, nós temos aqui a Casa. O que eu poderia dizer é se estiver em desconformidade com a legislação, eu me comprometo a fazer um relatório, informar e tomar providência para barrar. Quem me conhece sabe, na Secretaria em momento algum, nós podemos até ter errado em alguma coisa porque só erra quem está trabalhando, e nós estamos trabalhando. Então, possivelmente, nós podemos errar alguma coisa. Mas isso, eu me comprometo, inclusive, a ver o requerimento e retornar para o senhor”. Senhor Presidente: “estou só informando ao senhor que lá tem quatro andares e o plano lá é para três. Também na Secretaria, é evidente que a Secretaria de aprovação passa pelo senhor. O ZOCS1, de acordo com a Lei 2007, aprovaram um prédio de três pavimentos no local que seria construído na Rua Celso Lima, no Olaria. Está por dentro deste assunto?”. Secretário: “este caso foi colocado, inclusive, pelo vereador Leci, Rua Celso Clarck Lima. Ele foi verificado. Eu pessoalmente tratei desse assunto. Ele está em projeto, ele tinha projeto e estava emitindo um alvará de construção. Nós cassamos o alvará de construção, que é um instrumento precário, você pode cassar”. Vereador Leci Alves Campos: “o projeto estava aprovado, erroneamente, mas estava”. Secretário: “nós verificamos, é um projeto aprovado anteriormente, nós verificamos o projeto”. Senhor Presidente: “mas isso foi erro de algum funcionário que aprovou dentro do trabalho? Já estava aprovado este projeto”. Secretário: “eu não me lembro corretamente se foi, inclusive, na data nossa.



Na verdade, qual foi o engano que se cometeu? O projeto naquela rua, se você utilizar a rua existente na parte superior, a lei permite que você possa fazer pavimentos acima do nível de implantação e pavimentos para baixo. A entrada desse processo se deu para aprovar a entrada do prédio por uma rua que teoricamente existiria atrás. Eu até conheço bem o assunto porque eu fui gerente de patrimônio da Morro Velho e essa rua foi projetada, mas não foi executada. Então, dentro da rua projetada, o projeto estava aprovado corretamente, só que ela não foi aberta. Então, ela não existia na prática. Com a denúncia, inclusive, do próprio vereador Leci”. Vereador Leci Alves Campos: “o projeto de percentual de declividade também não fazia parte do processo”. Secretário: “hoje as declividades dentro de loteamentos para aprovar não são permitidas, mas se você tiver um lote dentro da cidade com 45, você aprova o projeto. Resumindo, esta obra foi embargada, o alvará foi cassado, eles ficaram de fazer um novo projeto. Se esse projeto estiver tecnicamente dentro daquilo que o Plano Diretor e a Lei do Solo permitir, ele vai ser aprovado; se não tiver, ele não vai ser aprovado”. Senhor Presidente: “ótimo, se foi cassado, já está liquidado este assunto. Agora, não sei se foi falado para algum vereador aqui, aquela aprovação daquele Condomínio Padre João Marcelino, eu pedi há muito tempo uma explicação sobre aquilo. Aquilo começou no governo passado, parou depois, não foi. Se é o município que está fazendo, o terreno tem que ser afetado pela Câmara. É da Secretaria de Habitação, mas não sei se o senhor pode explicar sobre isso; se lembra, se sabe de alguma coisa”. Secretário: “aquele processo é antigo, da administração anterior, ele vem sendo administrado diretamente pela Secretaria de



Habitação”. Senhor Presidente: “tudo bem. Isso aqui, eu até acho que a Secretária de Habitação, no dia eu deveria estar aqui para fazer esta pergunta para ela porque onde tem dinheiro público, o terreno tem que estar no nome do município. O lixo de Nova Lima, tem condição de me falar alguma coisa dele? Está indo para Sabará tanto o lixo como também o entulho”. O Secretário: “o que eu sei a respeito, eu participei, embora as Secretarias envolvidas diretamente sejam a Secretaria de Obras e Serviços, responsável pelo recolhimento de lixo e entulho no município, e a Secretaria de Meio Ambiente que cuida da destinação. A destinação é uma consequência ambiental e o recolhimento é uma operação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos. O Estado convocou todos os municípios da região metropolitana para aderir a um convênio, onde eles receberiam todo lixo da região metropolitana, através desse convênio. Já houve adesão parece que quase da totalidade dos municípios; Nova Lima era o único que ainda não havia aderido. O Secretário Roberto Messias participou comigo de uma reunião no governo. Esse assunto foi levado à Procuradoria Jurídica para que analisasse os termos do convênio juntamente com o Meio Ambiente para ver em que o município ganharia, se isso seria benéfico ou não ao município. O assunto está sendo tratado pela Secretaria de Meio Ambiente, inclusive, com a participação do Ministério Público com relação a este convênio”. O Senhor Presidente: “esse processo eu sei que existe. Especificamente, a pergunta foi, você sabe que o lixo vai para lá, é evidente que o senhor deve saber. São cem reais a tonelada e a informação é que lá não tem ninguém de Nova Lima para fazer a pesagem; só vem a nota e a prefeitura executa o



pagamento. Está é a informação que eu tenho. Todo o lixo não é pesado aqui, é pesado lá em Sabará. Está é uma denúncia que fica para ser olhada porque é muito dinheiro cem reais a tonelada de lixo”. Vereador Gilson Antônio Marques: “esta informação de o lixo não ser pesado aqui, o senhor fez esta denúncia semana passada. Eu conheço bem lá, aquela balança era mesmo problemática, eu pedi para fazer aferição nela, era feita de seis em seis meses pela Inmetro. Ela ficou funcionando, funcionava com gerador que não funcionava também e nós devolvemos o gerador que custava oito mil reais por mês na ocasião, instalamos a energia lá por vinte mil reais; um gerador que ficou lá por vinte anos, na minha gestão no Pátio. Eu fui conferir lá depois que o senhor falou aqui no Plenário, eles podem até pesar lá de novo e desconsiderar a pesagem aqui, mas ele é pesado aqui todos os dias; todos os caminhões sobem na balança aqui e são pesados lá”. Senhor Presidente: “esse negócio de lixo é um problema sério, viu Secretário. Eu sei que, às vezes, o senhor não tem conhecimento, até porque ele funciona de uma forma, parece que a Secretaria de Meio ambiente tem muito dedo nisso e outras Secretarias; mas esse negócio de lixo tem que fiscalizar. Em dezembro de 2012 nesta Casa, eu abri uma reunião e ela foi cancela, até o próprio prefeito era vereador na época. Eu fechei a reunião porque não tinha quórum, tive que sair. Estou explicando para chegar no assunto. Aí, votaram um monte de projetos, que depois a Casa entrou e eu consegui cancelar alguns e, principalmente, um deles foi cancelado, que é o projeto daqueles ‘habite-se’ para aquelas altimetrias todas do governo passado, que fez aqueles prédios todos no alto das Seis Pistas além das altimetrias. Tem prédios lá que só podia fazer dez



andares e fizeram vinte. Então, aquilo veio para a Casa, eu não quis votar porque o projeto era uma vergonha o que estava cobrando. É a mesma coisa que uma pessoa fez dez andares, depois põe mais dez encima e só paga os dez andares, para cima ficou de graça. Aquilo prejudica o erário público porque o empreendedor está ganhando outro prédio encima do prédio. Então, nós cancelamos esse projeto. Aliás, cancelamos não; não me deram quórum, eu fechei, recorri, ganhei, está aqui na juíza de direito para ser julgado. A pergunta é em cima disso. Foi dado a esses prédios esses ‘habite-se’, são muitos prédios, devem ser uns dois mil ‘habite-se’ ou mais; a prefeitura forneceu esses ‘habite-se’ depois do cancelamento desse projeto?”. Secretário: “o fornecimento de ‘habite-se’ hoje é feito através do setor de fiscalização. O que eles verificam é se o projeto está aprovado, independente da data que ele tenha sido aprovado, se ele foi aprovado. Na prefeitura, os processos anteriores nós não avaliamos se eles foram aprovados dentro ou não de legalidade”. Senhor Presidente: “o montante é muito grande, dá uma enxurrada de ‘habite-se’. Só para explicar, quando nós cancelamos o projeto aqui, depois nós cancelamos o projeto já foi com esta Casa, nós cancelamos o mesmo projeto que eles votaram ilegalmente, abrindo uma reunião, os vereadores anteriores. Então, cancelamos e comunicamos ao município e à Promotora também. Eu tive informação segura, inclusive, o Deputado João Vítor Xavier precisava de ‘habite-se’. Eu estive na casa dele tem uns vinte, trinta dias, ele falou ‘eu consegui o meu ‘habite-se’. E ele está naquelas altimetrias que são fora da aprovação. A pergunta é para eu saber, o senhor está falando que não faz esse reconhecimento se está aprovado”.



Secretário: “se vier alguma determinação, seja ela judicial ou legal, informando que um projeto está cancelado, obviamente, nós não podemos emitir ‘habite-se’. Nós não temos conhecimento de impedimento. Eu tenho feito muitas reuniões sobre Vila da Serra com o próprio Ministério Público. O conhecimento que nós temos de cancelamento de aprovação, pelo menos que seja do nosso conhecimento, nós sempre demos ‘habite-se’ para os prédios que estão legalmente aprovados, que tiveram o seu alvará de construção e que a construção está de conformidade com o projeto que foi aprovado”. Senhor Presidente: “tudo bem, mas tem projetos que estão acima da altimetria”. Secretário: “se ele está acima da altimetria que a lei estabeleceu é no ato de aprovação, a fiscalização confere se aquele prédio foi construído de acordo com o projeto aprovado e com o alvará. Senão, nós teríamos que a cada prédio voltar o processo lá trás e analisá-lo para verificar. A não ser que venha uma determinação ‘os prédios tais e tais, foi feita uma lei, a lei fala que eles estão...’. Aí, nós cassamos o alvará, é diferente. Então, ‘baixa habite-se’ é dada em conformidade com o documento que existe no processo. Se ele estiver aprovado, tiver um alvará regular, é dada a ‘baixa habite-se’ após conferência do prédio e verificar aprovou-se um prédio com dez pavimentos. Nós já tivemos caso recente, aqui mesmo no Oswaldo Barbosa Pena, chegou lá estavam aprovados três, tinham quatro. Foi suspenso na hora o ‘habite-se’, eles não conseguiram o ‘habite-se’. Que eu tenha conhecimento, e eu confio nos fiscais que eu tenho hoje, nos engenheiros que nós temos lá, que eu tenha conhecimento, e todo mundo sabe, Senhor Presidente, que quando eu tomo conhecimento de irregulares, se tem alguém na prefeitura que não deixa de tomar



providências sou eu, aliás, sou às vezes, até criticado por isso porque eu tomo providências. Então, que seja do meu conhecimento, eu posso informar ao senhor que eu não tenho conhecimento de ‘baixa habite-se’ em prédio que esteja construído irregularmente fora do projeto aprovado. Se isso estiver acontecendo, é só informar que nós vamos apurar e tomar as providências”. Senhor Presidente: “até porque isso não é desse governo, isso é do governo passado; deixar bem claro isso. Mas existe e eu pedi informações na prefeitura, se foram dados esses ‘habite-se’, não me responderam. Pedi ao Ministério Público, também não me respondeu. Isso dá um prejuízo fora de série à Nova Lima, o projeto foi cancelado aqui e mandado pela Promotora para o Executivo, já era prefeito o Cássio Magnani Júnior. O projeto veio para cá, esta Casa votou e cancelou. E agora, eu estou sabendo que tem muitos alvarás. Então, nós vamos ter que, infelizmente, fazer um levantamento pelo menos de dez, quinze prédios para provar que estão dessa forma porque, aí, faz um mutirão e vai descobrir todos eles”. Secretário: “o senhor me pediu uma relação de alguns empreendimentos, que ela foi completada agora, o senhor vai receber. O senhor verifique, se tiver algum prédio que esteja em desconformidade, pode informar, nós mesmos vamos no Ministério Público para tomar as providências”. Senhor Presidente: “o principal da pergunta é que não tem TAC nenhum com o Ministério Público a respeito disso”. Secretário: “que eu tenha conhecimento de algum TAC, nós temos um prédio completamente construído e paralisado pelo Ministério Público naquela avenida de ligação que vai para a Vale, iniciado, não me lembro de qual dessas grandes empresas, ele está, inclusive, paralisado





por uma iniciativa do Ministério Público. Este eu tenho conhecimento, de outro eu não sei”. Senhor Presidente: “só uma pergunta objetiva, não tem TAC do município com o Ministério Público?”. Secretário: “que tenha cancelado projetos do nosso conhecimento, eu não tenho. Se vier um TAC do Ministério Público cancelando uma aprovação, nós vamos... Aliás, hoje, nós estamos fazendo lá, junto com a Procuradoria Jurídica, eu solicitei porque tem muitos TAC’s anteriores que não foram levados ao nosso conhecimento; isso fica na Procuradoria. Eu, inclusive, solicitei que nos fossem encaminhados todos os TAC’s, solicitei, inclusive, à Dra. Andressa também, para que eu pudesse pôr uma equipe técnica avaliando para ver, se por acaso, há algum descumprimento desses TAC’s”. Senhor Presidente: “entendo a sua resposta, mas para mim ela não é satisfatória, sei que isso não é deste governo, a gente tem que procurar as informações seguras. Tem um acordo do governo passado com a Associação do Vila da Serra, passou um terreno para eles, onde tem aquele trailer perto do Hospital Vila da Serra, numa pracinha. Isso já tem quase seis anos, que era para revitalizar toda aquela avenida ali, revitalizar, aqueles prédios serem todos afastados porque todos eles entram dentro da Avenida Oscar Niemeyer. Qual é a situação disso? Já fiz vários requerimentos. Esse lote ainda está com a Associação dos Condomínios do Vila da Serra, com o Sr. Hélio Lodi, que era e hoje não é mais?”. Secretário: “eu tomei conhecimento desse assunto recentemente, para dizer a verdade, eu não tinha nem conhecimento. Recentemente houve uma denúncia, inclusive, que foi motivada por início de uma construção nele, parece que é de uma Sra., inclusive, daqui de Nova Lima.



Foi cedido pelo prefeito Vítor Penido, foi feita uma cessão de um terreno. E quando nós tivemos conhecimento dessa construção, nós mandamos a fiscalização para poder notificar e embargar. Ela foi notificada e embargada e aí, nós procuramos saber informações a respeito da legalidade daquele terreno. Existe hoje na Justiça, uma ação de usucapião dessa senhora, da família dela. Existe uma ação de usucapião movida contra o Sr. Hélio Lodi, pretendo proprietário daquele terreno. E como nós tínhamos notícia da cessão do terreno, não tínhamos essa documentação. Eu pessoalmente liguei para o Dr. Hélio. Dr. Hélio, eu queria saber a situação desse terreno que nós embargamos uma obra aí. Ele me informou que a ação está na Justiça, que aquele terreno é público, que ele foi negociado com a prefeitura ou doado à prefeitura numa das gestões anteriores, e que a prefeitura não tem essa documentação ainda. Então, eu pedi, inclusive, a ele que se manifestasse nos autos porque como eu também sou advogado, eu falei 'se o senhor se manifestar nos autos, que é uma ação contra o senhor, se o senhor manifestar que aquele terreno é público, o juiz ou juíza vai ter que extinguir o processo porque não cabe ação de usucapião sobre propriedade pública. Foi um pedido que eu fiz, já que ele falou que é público, então, eu falei 'o senhor se manifesta nos autos e fala que é público'. O que eu posso informar, Senhor Presidente, é que ao tomarmos conhecimento, nós embargamos a obra, notificamos essa senhora. Inclusive, o filho dela, me parece que trabalha na prefeitura, foi até me procurar, eu expliquei o motivo do embargo. E que se nós entendermos e tivermos uma documentação se ele é público, com certeza, vai aparecer uma cerca vermelha e amarela lá". Senhor Presidente: "o prefeito



passado lançou isso, fez uma festa no gabinete dele, eu lembro, com contrato todinho com a Associação dos Condomínios lá. Esse contrato tem que estar na prefeitura, foi lançada a revitalização”. Secretário: “não, desse eu não me lembro, eu realmente não tenho conhecimento”. Senhor Presidente: “é do governo passado, tem que estar arquivado lá porque senão. Só lembrar aqui que eu mando requerimento direto para lá, o Sr. poderia... a Milton Campos invadiu um terreno do município há mais de vinte anos. A gente pede, pede. Ainda bem que o bem público não tem ação de usucapião em cima dele porque se tivesse, nós já tínhamos perdido um monte de terrenos aqui. A Milton Campos invadiu tem mais de vinte anos. Eu mando requerimento lá para entrar com ação contra ela, o terreno é do município, é do povo de Nova Lima, não é dela não. Conhece o terreno? Subindo a Milton Campos, onde eles fazem aquele estacionamento é todo do município, ela cercou”. Secretário: “o que eu conheço da Milton Campos, inclusive participei desse processo, enquanto Secretário de Planejamento em 80 ou 81, quando foi aprovado o loteamento Vila da Serra, a pedido do prefeito à época que era o Vítor Penido, ele me pediu para que negociasse com o Dr. Hélio Lodi, o pai desse Hélio atual, duas áreas de terrenos para fins de implantação, um, da Faculdade Milton Campos, que é aquele terreno onde ela está; e o outro, onde hoje está Izabela Hendrix, que na época inclusive a intenção era até o Villa Nova; ele queria que lá tivesse uma área para o Villa Nova. Nós negociamos esses terrenos, depois eu saí do terreno. Eu sei que a Milton Campos se implantou lá, não sei se na totalidade do terreno ou em parte, mas a destinação original foi essa. Antes de encerrar, eu só gostaria de agradecer a



oportunidade”. Senhor Presidente: “nós vamos lhe ouvir. Só lembrar Secretário, isso não era nem para o Sr., isso era para o Procurador do Município, é muito terreno invadido no município. Pega daqui para o Jardim Canadá, no Vale do Sol tem rua invadida, tem tudo. Não é culpa desse governo, já vem de vários, mas algum governo tem que tomar providências, que seja este. Pode falar”. Secretário: “só gostaria de agradecer. Acho que quem está em gestão pública, eu deixo claro, eu sou apolítico partidário, não vou dizer que não sou político porque estou político, eu ocupo um cargo público. Mas eu não tenho partido, não tenho pretensão, todo mundo sabe disto, eu já atuei na prefeitura. A prefeitura atual, eu tive a oportunidade de construir, assim como a rodoviária e nunca fiz disso um projeto pessoal. Ninguém pode falar em Nova Lima que eu tenho utilizado do cargo da prefeitura para me promover de alguma forma, nem eleitoralmente. O que eu posso deixar claro, Presidente, é que a nossa atuação hoje, por parte do Secretário, eu falo em meu nome, mas falo em nome da nossa equipe porque hoje eu acho que eu tenho uma equipe confiável, profissionais competentes, capazes; na Secretaria de Planejamento se havia alguma dúvida da honestidade e da integridade, ela foi dissipada com algumas atitudes que nós tomamos. Eu coloco a Secretaria à disposição do Senhor, se houve alguma falha, eu já antecipo minhas desculpas e me comprometo no caso dos requerimentos que o Senhor me passe para que eu possa comprovar se eles foram ou não respondidos e responda. Eu acho que gestor público não pode ter medo de vir a público responder; esconde quem tem alguma coisa a esconder, quem não tem, tem que aparecer. Agradeço a oportunidade, agradeço até o



respeito dos vereadores, acho que todos eles foram extremamente educados e respeitosos, e esta recíproca vai ser sempre verdadeira da minha parte”. Senhor Presidente: “com certeza, Senhor Secretário. São tantas coisas que a gente queria perguntar, acaba que falta alguma. Só para ter um cuidado especial com o Barbosa Pena porque está acontecendo a mesma coisa, lá só pode construir três andares e eles estão enfiando quatro, cinco”. Secretário: “tem vários prédios notificados lá hoje”. Senhor Presidente: “uma ilegalidade tremenda, já teve um problema com um fiscal lá, o Senhor já sabe bem disso. Eu agradeço a sua presença aqui, espero que a Casa foi respeitosa como é o feitio de nós aqui. Agradeço pelo Senhor ter vindo aqui, a Casa está sempre de portas abertas, muito obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva propôs requerimento verbal: “pessoal, quero só pedir a compreensão porque a gente está com o pessoal aqui da Renovação Carismática Católica, eu queria fazer um único requerimento rapidamente. Que seja colocado no Calendário Oficial de Eventos da Cidade o Evento ‘Carnaval com Cristo’ da Renovação Carismática Católica. Este evento é extremamente importante não só para o município, mas para a vida das pessoas. Eu acho que toda religião, independente de ser a Católica, Protestante ou qualquer outra, ela resgata vidas. E este evento ‘Carnaval com Cristo’ eu tive a oportunidade de participar dele já várias vezes e a gente percebe que pelo menos ali, durante aqueles três, quatro dias de carnaval, cem, duzentas pessoas estiveram fora da droga, estiveram fora da bandidagem, de muitas coisas; resgata as pessoas. Não que quem esteja no carnaval participe dessa coisa toda, é porque os jovens principalmente, a gente sabe que eles são vulneráveis a



certas ações. Quando estão naquele espaço ali, com toda certeza, estão fora disso. Gostaria de consultar a Casa que aprovasse este meu requerimento”. Aprovado por sete votos. O vereador José Guedes propôs requerimento verbal: “Senhor Presidente, eu pediria uma Moção de Pesar para a família da Sra. Francisca Maria Gonçalves, para quem não sabe é a mãe do Zezinho Barbeiro do Sindicato”. O vereador José Guedes permitiu que os vereadores Leci Alves Campos e Maria Ângela Dias Lima Pereira assinassem o requerimento. Aprovado por sete votos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_